

**d e B**

**a t B**

**S \*** # **1**



**III/a**  
**convenção**  
**do Bloco de Esquerda**  
Fórum Lisboa | 10 e 11 de Maio de 2003

Car@ camarada,

Esta edição do deBatEs marca o primeiro passo para o processo preparatório da IIIª Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Nela estão os textos propostos a debate pela Mesa Nacional, assim como os regulamentos que organizam o processo de discussão. Incluem-se, igualmente, os primeiros contributos de um grupo de aderentes para o debate sobre os Estatutos.

Chamamos-te a atenção para o facto da recepção, via CTT, das edições seguintes ser limitada a quem regularizar o pagamento da contribuição anual de 2003 pelo que te apelamos a que utilizes o envelope RSF que terás recebido dos serviços centrais. Da mesma maneira, a tua participação plena na Convenção está condicionada por esta resposta que só depende de ti. Não a deixes para amanhã!

Também te chamamos a atenção para o ponto 2 do Regulamento do Processo Preparatório sobre os prazos para apresentação de propostas globais e sobre Estatutos que terminam a 25 de Abril de 2003 quando se inicia a eleição de delegad@s. Claro que quando mais cedo estas propostas forem apresentadas, mais condições terá o debate necessário.

A Convenção será no Fórum Lisboa (antigo cinema Roma) e nas próximas edições terás pormenores da sua organização. O importante agora é participarmos todos e todas neste debate, com todas as ideias e propostas que fazem a força e dinâmica do Bloco e que garantem um movimento vivo, capaz de actuar na política e de transformar a realidade.

**A Comissão Organizadora:**

**Fernando João  
Filipe Rosas  
João Carlos Louçã  
Pedro Soares**

**A Comissão de Estatutos:**

**Carlos Santos  
João Teixeira Lopes  
Paula Nogueira  
Rogério Moreira**

**Contacto para todos os assuntos relacionados com a Convenção:**

**[cocn@netcabo.pt](mailto:cocn@netcabo.pt)**

**5**

***Proposta de ordem  
de trabalhos***

**6**

***Proposta de regulamento  
da III<sup>a</sup> Convenção***

**9**

***Regulamento do processo  
preparatório da Convenção***

**12**

***Normas de participação  
no "deBatEs"***

**13**

***PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA  
Da política da crise  
à política do socialismo***

**45**

***Para uma  
Refundação Democrática  
da União Europeia***

**73**

***Contributos de aderentes***

**DELIBERAÇÕES DA MESA NACIONAL  
REUNIÃO DE 22 E 23 DE FEVEREIRO**

- a) Proposta de Ordem de Trabalhos a submeter à III.ª Convenção Nacional
- b) Proposta de Regulamento a submeter à III.ª Convenção Nacional
- c) Regulamento do Processo Preparatório da III.ª Convenção Nacional

**PROPOSTA DE ORDEM DE TRABALHOS  
A SUBMETER À III.ª CONVENÇÃO NACIONAL**

- 1. Eleição da Mesa da Convenção;**
- 2. Votação da Ordem de Trabalhos e do Regulamento da Convenção;**
- 3. Eleição da Comissão de Redacção dos Estatutos (caso estejam apresentadas propostas de alteração);**
- 4. Teses Políticas para o período 2003-2005: debate e votação do(s) projecto(s) apresentado(s);**
- 5. Apresentação das listas para os órgãos nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos**
- 6. Declaração Europeia: debate e votação do(s) projecto(s) apresentado(s)**
- 7. Alteração aos Estatutos - debate e votação de propostas de alteração, caso sejam apresentadas**
- 8. Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos**
- 9. Sessão de Encerramento**

## **PROPOSTA DE REGULAMENTO DA III.ª CONVENÇÃO NACIONAL**

### **Data e lugar**

1. A III.ª Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias 10 e 11 de Maio de 2003, na cidade de Lisboa.

### **Constituição**

2. A III.ª Convenção Nacional do Bloco de Esquerda é constituída por delegados que tenham sido eleitos em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito; nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção, aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Tem capacidade para eleger e ser eleito delegado todo o aderente do Bloco de Esquerda cuja inscrição conste dos registos centrais do Bloco e, conseqüentemente, dos cadernos eleitorais, e que tenha regularizado, até à data da eleição, o pagamento da sua contribuição obrigatória referente ao ano de 2003.

4. Não existem delegados por inerência.

### **Convidados**

5. Para além dos delegados, poderão assistir aos trabalhos da Convenção os restantes aderentes do Bloco de Esquerda, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

6. Representantes de outros partidos ou de organizações e instituições serão convidados a assistir à Convenção.

7. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

### **Direcção dos Trabalhos**

8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos por uma Mesa, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegados. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e por este Regulamento - o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates e do processo eleitoral.

9. A Mesa da Convenção assegura a coordenação dos serviços de apoio e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regulamento.

## Intervenções, propostas e debate

10. As e os delegados poderão tomar a palavra em cada um dos pontos da ordem de Trabalhos, nos termos deste Regulamento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

11. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição e gerir os tempos de intervenção, tendo em consideração o horário geral da Convenção.

12. As propostas globais relativas aos pontos 4.(Teses Políticas) e 6.(Declaração Europeia) da Ordem de Trabalhos devem ser subscritas por um mínimo de 30 delegados e apresentadas até ao início do respectivo ponto da ordem de trabalhos, competindo à Mesa diligenciar para que sejam reproduzidas e distribuídas aos delegados.

13. As propostas de alterações aos Estatutos devem ser subscritas por um mínimo de 30 delegados, competindo à Mesa diligenciar para que sejam reproduzidas e distribuídas aos delegados.

14. Qualquer delegado poderá sugerir aos subscritores de propostas globais ou à Comissão de Redacção dos Estatutos, propostas de especialidade de emenda ou adenda.

15. As propostas de emenda ou adenda que não sejam incorporadas pelos subscritores de alternativas globais ou pela Comissão de Redacção dos Estatutos podem ser apresentadas para submissão a votação na especialidade, mediante a subscrição de pelo menos cinco delegados.

16. O debate relativo aos pontos 4.(Teses Políticas) e 6.(Declaração Europeia) da Ordem de Trabalhos será introduzido por um proponente de cada proposta global submetida à Convenção, sendo-lhes assegurada igualmente a oportunidade de apresentar uma conclusão do debate. Caberá aos relatores apresentar as alterações à respectiva proposta suscitadas pelo debate, imediatamente antes da votação, sendo dada a palavra a cada grupo de delegados que tenha apresentado propostas de alteração, por dois minutos por cada proposta de alteração rejeitada, havendo intervenção do relator por igual tempo para justificar a razão da rejeição, imediatamente antes de cada votação.

17. Cada proposta de alteração aos Estatutos será apresentada por um dos seus proponentes, cabendo à Comissão de Redacção dos Estatutos justificar o seu parecer, seguindo-se a votação.

18. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá em paralelo com os pontos 6.(Declaração Europeia) e 7.(Alteração aos Estatutos), sendo precedida pela apresentação da(s) proposta(s) de listas a cargo de um dos seus proponentes, no final do primeiro dia de trabalhos da Convenção.

## Votações

19. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegado.
20. As votações decorrem no final de cada ponto da Ordem de Trabalhos.
21. Compete à Mesa contar os votos, proclamar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

## Eleição dos Órgãos Nacionais

22. As eleições para os órgãos nacionais – Mesa nacional e Comissão de Direitos - decorrem de acordo com o sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.
23. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proclamar os resultados e apreciar eventuais impugnações.
24. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser subscritas por pelo menos trinta delegados e entregues na Mesa até às 18 horas do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa da Convenção verificar a sua conformidade com as normas estatutárias, designadamente em matéria de paridade.
25. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatos da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

## **REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA III.ª CONVENÇÃO NACIONAL**

Nos termos do artigo 7.º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da III.ª Convenção Nacional do Bloco de Esquerda:

### **Prazos e processo preparatório da Convenção**

1. O processo preparatório da Convenção, inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional e compreende o debate dos projectos de documentos de orientação política do Bloco de Esquerda e a eleição de delegados, bem como o conjunto de tarefas de natureza técnica necessárias à sua realização.

2. O prazo para apresentação de projectos globais relativos às Teses Políticas e à Declaração Europeia e de propostas de alteração dos Estatutos decorre até à eleição de delegados, que se inicia, de acordo com o previsto no ponto 17, no dia 25 de Abril de 2003.

3. Compete à Comissão Organizadora da Convenção a responsabilidade global pelo processo preparatório, sendo suas atribuições específicas, entre outras, a organização da logística, da informação e das finanças da Convenção, a recepção e a edição dos documentos preparatórios e do boletim DeBatEs, bem como a coordenação e sistematização da informação sobre os debates preparatórios e a eleição dos delegados.

4. A Comissão Organizadora inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

### **Eleição de Delegados**

5. As e os delegados são eleitos pelos aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e que tenham capacidade eleitoral, ou seja, cuja inscrição conste dos registos centrais do Bloco e, conseqüentemente, dos cadernos eleitorais, e que tenha regularizado, até à data da eleição, o pagamento da sua contribuição obrigatória referente ao ano de 2003.

6. As e os delegados são eleitos na proporção de 1 para 3 aderentes, tendo por base o apuramento dos inscritos por Distritos, no caso do território continental, e por Região Autónoma, no caso dos Açores e da Madeira.

7. A eleição das e dos delegados far-se-á por listas e por voto secreto, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas coordenadoras distritais ou regionais, de acordo com o calendário incluído no ponto 17 deste Regulamento.

8. As assembleias eleitorais assumirão âmbito distrital (no território do



Continente) ou regional (nas Regiões Autónomas), salvo nos casos previstos no ponto seguinte, podendo repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.

9. As assembleias distritais e regionais, bem como as respectivas coordenadoras, podem decidir que o âmbito das assembleias para eleição de delegados seja o do concelho ou o dos agrupamentos de concelhos, desde que cumulativamente se observem as seguintes condições:

a) que o número de inscritos no seu distrito ou região seja superior a 100 aderentes;

b) que fique assegurada a proporção geral de 1 delegado para cada 3 aderentes em cada uma das assembleias resultantes;

c) que fique assegurado o direito de eleger e ser eleito a qualquer aderente do BE com capacidade eleitoral.

10. Às Coordenadoras Distritais ou Regionais competirá organizar o processo eleitoral, designadamente a divulgação da(s) data(s) e do(s) local(ais) da(s) assembleia(s), dos prazos para a apresentação de listas e das regras a cumprir para o voto por correspondência, assegurando, no caso de haver mais do que uma lista apresentada a sufrágio, a representação dessas listas na mesa eleitoral e no apuramento de resultados

11. Havendo mais do que uma lista, a eleição das e dos delegados respeitará a proporção dos votos obtidos por cada lista.

12. Havendo uma única lista, seguir-se-á o método da lista aberta, tendo cada aderente a possibilidade de votar em bloco na lista ou de riscar um ou mais nomes, considerando-se eleitos as e os delegados que tenham obtido uma maioria de votos favoráveis.

13. As mesas eleitorais devem, terminada a votação, elaborar a acta com o registo dos resultados e das e dos delegados eleitos e enviá-la à Comissão Organizadora da Convenção.

14. À Comissão Organizadora da Convenção compete verificar a legitimidade do processo de eleição das e dos delegados, bem como apreciar e decidir sobre eventuais impugnações.

### **Documentos preparatórios**

15. Os documentos que deverão configurar os debates pré-convencionais são os projectos de Declaração Europeia, de Teses Políticas, as Propostas de Alteração aos Estatutos ou outros que qualquer estrutura ou aderente do Bloco de Esquerda entenda dever submeter a debate.

16. Compete à Comissão Organizadora da Convenção a recepção e a aceitação das propostas para debate, organizando a sua divulgação através da edição do boletim DeBatEs e de outras formas que considerar convenientes.

## Calendário

17. O calendário do processo preparatório da Convenção é o seguinte:

### **22 Fevereiro**

#### **Reunião da Mesa Nacional:**

- aprovação do Regulamento do Processo Preparatório e da proposta de Regulamento da III.ª Convenção
- designação de Comissão Organizadora
- aprovação do projecto de Declaração Europeia
- aprovação do projecto de Teses Políticas

### **28 Fevereiro**

#### **Edição do nº 1 do deBatEs**

- divulgação dos Regulamentos
- divulgação dos projectos submetidos à discussão pela Mesa Nacional

### **30 Março**

#### **Edição do nº 2 do deBatEs**

- fórum de discussão (propostas e/ou opiniões sobre documentos preparatórios)

### **21 Abril**

#### **Comissão Organizadora**

- conclusão da campanha de refiliação; elaboração dos cadernos eleitorais e definição do número de delegados por distrito ou região autónoma

### **28 Abril**

#### **Edição do nº 3 do deBatEs**

- fórum de discussão (propostas e/ou opiniões sobre documentos preparatórios)

### **25 Abril a 4 Maio**

#### **Assembleias distritais/regionais**

- eleição dos delegados
- comunicação à Comissão Organizadora dos delegados eleitos (actas de eleição)

### **10 Maio**

#### **Caderno de apoio à Convenção**

- propostas em debate na Convenção

**NORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO "deBatEs"**

1. De acordo com o Regulamento do Processo Preparatório da III Convenção Nacional, compete à Comissão Organizadora da Convenção a responsabilidade global pelo processo preparatório, nomeadamente a recepção e a aceitação das propostas para debate, organizando a sua divulgação através da edição do boletim "deBatEs" e de outras formas que considerar convenientes.

2. Serão feitas três edições do boletim "deBatEs", sendo os n.ºs 2 e 3 dedicados à publicação de propostas e opiniões sobre os documentos preparatórios.

3. Nas pastas dos delegados, será distribuído um Caderno de Apoio com as propostas que poderão vir a estar em debate na Convenção.

4. As propostas de alteração devem indicar claramente o documento e o ponto a que respeitam.

5. Os artigos de opinião não deverão exceder 2.000 caracteres, assegurando que se encontram no âmbito dos debates da III Convenção Nacional e que respeitam as regras básicas do debate democrático.

6. Todas as contribuições terão de ser enviadas para a Comissão de Organização (Sede Nacional do BE, Av. Almirante Reis, 131, 2º, 1150-015 Lisboa) em suporte informático (disquete ou CD-Rom) ou através do endereço electrónico [cocn@netcabo.pt](mailto:cocn@netcabo.pt)

7. As propostas e artigos de opinião para publicação deverão de ser recebidos pela Comissão de Organização conforme o seguinte calendário:

**Edição do Boletim nº 2****Data de edição: 30 Março****Data limite p/ recepção de propostas e artigos: 25 Março****Edição do Boletim nº 3****Data de edição: 28 Abril****Data limite p/ recepção de propostas e artigos: 23 Abril****A COMISSÃO ORGANIZADORA**

# *Da política da crise à política do socialismo*

**PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA\***



**III<sup>a</sup> convenção  
do Bloco de Esquerda  
10 e 11 de Maio de 2003**

# **1. O século XXI está a ser inaugurado a ferro e fogo pela guerra, mas também por uma nova fractura que marca a entrada do Povo do mundo na política global.**

Depois dos atentados de 11 de Setembro e da intervenção militar no Afeganistão, o Médio Oriente é o alvo da primeira guerra da "guerra infinita". Esta é, por um lado, ainda uma guerra do passado - porque tem por objectivo imediato dominar as reservas estratégicas de combustível fóssil e controlar para isso a região. Mas é sobretudo o primeiro acto da guerra última do futuro - a que nunca termina e se eterniza, na medida em que se declara preventivamente permanente e tem por cenário potencial de batalha o próprio planeta. A guerra de ocupação do Iraque é assim o pilar estratégico do projecto de constituição de uma ordem mundial em que todas as crises são declaradas assuntos internos dos EUA, projectando a doutrina Monroe para todo o universo.

A guerra preventiva é ainda e sobretudo uma inauguração porque representa uma viragem brusca em relação ao longo período da Guerra-Fria, quando a ameaça militar estava contida pelo perigo da deriva nuclear: então, a guerra era uma forma de continuação da política e só podia ser localizada num território delimitado pela distribuição mundial de poder - a URSS invadia a Checoslováquia e os EUA o Vietname. No século XXI, pelo contrário, é a própria política que se transforma numa continuação da guerra, e esta não tem fronteiras.

## **A CRISE DA POLÍTICA**

A política define-se assim como um campo de forças reduzindo os espaços da democracia, conduzindo a estados permanentes de excepção e de sítio, impostos por um poder mundial sem regras nem regulação.

A esteticização da guerra como espectáculo, bem como a sua eticização através do discurso sobre os eixos do bem e do mal, extremam a violência neste início do século XXI: a Humanidade transforma-se, ela mesma, num palco para o delírio exterminista e esse é o sentido profundo da crise da política nos dias de hoje.

O sinal mais emblemático desta política imperial encontra-se no campo de concentração de Guantanamo, onde os presos de guerra são excluídos da Convenção de Genebra, torturados e tratados como bestas, sem direito a sequer conhecerem as acusações, e podendo vir a ser submetidos a tribunais militares onde o advogado é dispensado e a pena de morte pode ser aplicada sem recurso.

A inumanidade da opressão colonial, como a ocupação da Palestina que tem determinado a resistência da intifada, exprime igualmente o significado desta política imperial.

A globalização imperial é uma modernização sem modernidade e contra a modernidade. Ela é, também, a resposta dos conservadores e reaccionários de todo o Mundo à crise da civilização capitalista e do seu centro. Ao rejeitar o tratado ABM sobre mísseis, ao recusar o Tribunal Penal Internacional para proteger os seus militares de qualquer acusação de crime de guerra, ao violar as convenções sobre armas biológicas, ao rasgar o protocolo de Quioto, Washington coloca-se fora do direito internacional. Para George W. Bush, a solução é simples: ele próprio é o direito internacional e este resume-se no direito à guerra total.

A definição do novo conceito estratégico da NATO no seu 50º aniversário confirma a aliança como rectaguarda da força imperial, e as coligações guerreiras que desde então se têm erguido, como os seus instrumentos num mundo sem lei. A vulnerabilidade das instituições internacionais e a sua dependência do poder do Império manifesta-se neste contexto pela sua incapacidade em estabelecerem um sistema de regras contratualizadas entre os povos e os Estados, para enfrentarem e resolverem os conflitos.

A ruptura com a actual (des)ordem mundial é uma condição de sobrevivência para a Paz. Por isso, o Bloco de Esquerda contrapõe ao sistema de diktats e chantagem permanente, que visa reduzir as organizações internacionais a meras câmaras de eco da vontade do Império, a alternativa que tomou as ruas e reclama um outro rumo para o mundo. À vontade imperial de um mundo sem lei e assente na força das armas, contrapomos a criação e constitucionalização de contratos globais que apoiem o desenvolvimento sustentável do planeta e o direito internacional, a partir dos tratados fundadores da defesa dos Direitos Humanos, da limitação do armamento e interdição da guerra na resolução dos conflitos e a penalização exemplar por crimes cometidos contra a Humanidade.

**A rejeição da guerra preventiva e sua consequência,  
a guerra eterna, é a primeira resposta da esquerda  
socialista moderna à crise da política.**

**2.**  
***O capitalismo neo-liberal  
é hoje o capitalismo  
realmente existente.***  
***A guerra como projecção de  
força imperial só pode ser  
compreendida como suporte  
da globalização neo-liberal.***  
***Esta é a segunda grande  
mudança que estrutura o  
nosso mundo.***

É uma mudança porque o neo-liberalismo é a excepção e não a regra do desenvolvimento capitalista nos últimos dois séculos. No século XIX, as sucessivas revoluções industriais do têxtil, do aço e da electricidade permitiram ao império britânico dominar o mundo e impor a liberdade de comércio, mas essa era sempre a lei do mais forte e convivia com um controlo absoluto da moeda mundial e um protecção militarizado para garantir o domínio britânico.

No mesmo sentido, com a ascensão dos EUA desde a 2ª Guerra Mundial, foi imposta uma ordem rigidamente hierarquizada, primeiro com os acordos de Bretton Woods e, a partir daí, com a manutenção do dólar como a moeda mundial. Esta ordem era liberal para os fracos e dirigista do ponto de vista dos poderosos, mas permitia estabilizar as políticas económicas dos governos no quadro de cada Estado-nação, desde que submetidos ao mercado mundial.

A excepção tornou-se a regra do capitalismo global quando, a partir de 1979, Thatcher e Reagan aboliram o controlo da circulação de capitais, desencadeando uma espiral de financiarização que transforma a auto-valorização do capital numa economia de casino. A razão imperativa para essa viragem era a crise petrolífera de 1973 e a recessão generalizada de 1973-4, a mais grave desde 1929, que iniciou um longo período de redução drástica da taxa de lucro nas economias mais desenvolvidas. Em resposta, o neo-liberalismo surgiu como portador de um projecto forte: universalizar a mercadorização e recuperar a rentabilidade perdida, o que requeria duas condições: reduzir os salários nos rendimentos nacionais e obter novas fontes de lucro.

Trinta anos depois, os sucessos dessa campanha são importantes, mas insuficientes e continuam a ser disputados. A integração dos países da ex-URSS no mercado mundial está a completar-se, e partes fundamentais da economia chinesa

seguem-se-lhes. Os serviços públicos estão a ser desmantelados em muitos países, e a privatização da saúde, das previdências e dos transportes e Comunicações, garantem novos mercados. Ao mesmo tempo, o início da destruição da segurança social com a privatização dos fundos de pensões tem-se revelado condição decisiva para a valorização dos capitais especulativos à escala mundial. A clandestinização da imigração é outro instrumento desse mesmo projecto.

Contudo, a partida não se encontra decidida. A resistência social em defesa dos serviços públicos não-mercantis e dos direitos sociais dos trabalhadores têm criado obstáculos importantes ao avanço do neo-liberalismo.

Noutro terreno se disputa ainda o sucesso do neo-liberalismo. A expansão da mercadorização não é fundamentalmente extensiva, mas sim intensiva: o conhecimento, a cultura e a informação são as novas fronteiras do capital, reduzindo as identidades culturais a um folclore sem projecção. Mercadorizar as próprias condições de reprodução da força de trabalho, nomeadamente os sistemas de educação, ou privatizar o conhecimento segundo a lógica da acumulação a curto prazo, conduz a transformações culturais profundamente inéditas e que afectam as regras sociais anteriores. Uma das mais poderosas instituições da globalização capitalista, a Organização Mundial do Comércio, é o pilar desta transformação, com o seu empenho no patenteamento de todo o conhecimento, incluindo o conhecimento do património genético da Humanidade.

### **A "NOVA EUROPA" DOS REACCIONÁRIOS**

A Europa, onde a força organizada do Trabalho impusera transformações democratizadoras tão importantes como a universalização do direito de voto ou a constituição dos serviços públicos do Estado-Providência suportados por mecanismos de redistribuição parcial do rendimento como os impostos directos progressivos, torna-se deste modo uma das vítimas desta ofensiva neo-liberal.

O capitalismo neo-liberal baseia o seu poder numa devastadora fragmentação das relações sociais. No espaço da União Europeia ele está a alterar profundamente o estatuto do Trabalho, generalizando a precarização e tornando banais as suas formas "atípicas". Assim procura reduzir o valor do Trabalho e, simultaneamente, destruir a negociação colectiva e desagregar a consciência e a capacidade da organização colectiva dos trabalhadores.

As responsabilidades das governações socialistas e sociais-democratas da década de 90 só agora se entendem em toda a sua extensão. De cedência em cedência, alienando as expectativas sociais da sua própria base de apoio, dominados por uma cultura que reduzia a proposta política à governabilidade a qualquer preço, os socialistas escancararam as portas ao ascenso de todas as direitas, as novas e as velhas.



As opções da "Nova Europa", nos termos provocatórios de Donald Rumsfeld, estão hoje em marcha. No plano político mundial, o seu desenho é o do alinhamento subordinado da União aos desígnios imperiais da administração norte-americana. No plano especificamente europeu, o projecto é o de um federalismo forte contra sociedades enfraquecidas. E no plano das políticas nacionais e locais, os governos da "Nova Europa" configuram um desafio imenso em todas as direcções da vida social. De facto, a regressão civilizacional que é arrastada pela perda de direitos sociais fundamentais manifesta-se também no ressurgimento de ideologias de exclusão, em particular em relação às comunidades de imigrantes e às diferentes minorias. Por outro lado, o regresso a valores patriarcais mais tradicionalistas atinge igualmente os consensos sociais duramente alcançados pelas lutas das mulheres. Na "Nova Europa", o maniqueísmo e o populismo, a ideia de que a fonte de todos os problemas reside sempre no mais pobre que mora ao lado, transformam-se numa ideologia difusa que domina cada vez mais o próprio discurso político. O neo-liberalismo não só devasta todas as condições de segurança alcançadas na Europa do pós-guerra, como faz do medo a mola propulsora da multiplicação de todos os conflitos na sociedade. Ao mesmo tempo, a mercantilização sem limite da natureza, do conhecimento, da informação e do património humano reforça uma cultura proprietária e consumista que, conjugada com a afirmação da política como uma forma de guerra, reduz o espaço da democracia, e essa é a sua mais grave consequência.

### **A CRISE COMO RESPOSTA PARA A CRISE**

Na União Europeia, a estratégia de redução da parte salarial no rendimento e a privatização de novas fontes de rentabilidade, assumiu a forma de Pacto de Estabilidade e Crescimento e o objectivo do défice zero. Tem sido este o instrumento do desmantelamento do investimento social, do reforço da austeridade salarial e da aceleração da privatização dos serviços públicos.

Ora, esta estratégia tem um pressuposto e uma consequência: a de que a política da crise económica e social é a solução para a crise. Assim, a explosão da bolha especulativa que, de 1995 até Março de 2000, animara as Bolsas, se demonstrou a fragilidade desta economia global com a dissipação de 7 triliões de dólares e sucessivas falências, também evidenciou as graves consequências sociais do desastre, em particular na crise argentina e na Ásia, onde milhões de desempregados e pobres foram as primeiras vítimas. A deslocalização de empresas para os países de salários baixos e mão-de-obra servil, a criação de gigantescos exércitos industriais de reserva, a ilegalização dos imigrantes, ao mesmo tempo que foram abolidos os controlos sobre os capitais, criam as condições para o desenvolvimento de um capitalismo mafioso cuja verdadeira identidade mora nos paraísos fiscais.

O neo-liberalismo e a guerra preventiva permanente são assim facetas de uma mesma civilização, provocando uma tripla crise da representação democrática e da legitimidade institucional em que se baseia: reduz os Estados nacionais periféricos nas relações internacionais; impõe a crise fiscal dos Estados por via da liberalização da circulação dos capitais; e ainda determina a crise do Estado-providência com a desagregação e privatização dos serviços de protecção social.

Rosa Luxemburgo, perante a primeira guerra total do século XX, concluía que ou se caminha para o socialismo ou para a barbárie. O neo-liberalismo anuncia a barbárie social: precariza o trabalho, fragmenta a cidadania, marginaliza os excluídos e devasta a Natureza.

**Emprego para tod@s e emprego com direitos sociais;**

**livre circulação legal de pessoas;**

**serviços públicos não mercantis;**

**anulação da dívida do Terceiro Mundo, nova regulação do comércio internacional, controlo de capitais e Taxa Tobin sobre os movimentos especulativos;**

**combate de emergência aos dramas da fome e da doença;**

**contratualização global e imperativa pelo ambiente, a preservação da Natureza e a renovação das fontes de energia;**

**e defesa de um cosmopolitismo que desenvolva as identidades culturais no mundo global – eis alguns os combates que configuram a segunda resposta de uma alternativa socialista moderna ao neo-liberalismo.**

### **3. O movimento por uma globalização alternativa tem representado a única resposta mundial ao neo-liberalismo armado. Um novo protagonista social e político nasceu e com ele, a política deixa de correr para o centro e para a direita.**

De Seattle a Florença e a Porto Alegre, o "movimento dos movimentos" tem constituído redes de interacção e de aprendizagem; tem criado fóruns regionais e temáticos que são o caldo de cultura de mobilizações constitutivas para novas políticas; e, decisivo, tem determinado o ritmo da acção contra a guerra e as estratégias dos centros imperiais.

Face ao ressurgimento dos fundamentalismos, face à militarização da política, o movimento por uma globalização alternativa estabelece alianças nas ideias e nas mobilizações, testa as políticas, concentra as energias e responde à violência imperial com uma política de democracia fundadora.

#### **PROCESSO CONSTITUINTE E POVO GLOBAL**

Este movimento é assim o factor decisivo da emergência de um novo internacionalismo solidário de milhões de mulheres e homens. É o princípio de um processo constituinte de uma nova esquerda social e política que recupera as melhores tradições da luta política do século XX e que as projecta para a dimensão dos desafios do século XXI. Esse processo constituinte define-se no exterior e em contradição com as instituições que suportam e disciplinam a globalização armada e é gerador de uma nova dinâmica social: a primeira manifestação mundial, a que ocorreu a 15 de Fevereiro contra a guerra e que mobilizou milhões de pessoas, indica a força imensa que nasce neste movimento. O povo global ergue-se contra a guerra total e passa a ser parte da política do mundo.

O movimento pela globalização alternativa tem características novas. A sua heterogeneidade fundadora permite e estimula o convívio de agendas diferentes, não o subordina a nenhum comando político nem a qualquer hierarquização

táctica, determina a igualdade na participação dos activistas, confronta livremente as ideias, determina programas de acção e de redes de cooperação e permite escolher polaridades e iniciativas num espaço amplo de alternativas. É um movimento que define tarefas e urgências emergentes, garantindo a dimensão mundial da confrontação contra a guerra e o neo-liberalismo. É, por isso, o factor mais poderoso da mutação da esquerda.

### **EM PORTUGAL, OS PRIMEIROS PASSOS**

No nosso país este processo de aprendizagem, confluência e movimentação começou com atraso, mas tem-se vindo a desenvolver.

Portugal parte de uma situação contraditória e sob vários aspectos singular: a revolução portuguesa gerou poderosos movimentos sociais, mas os atrasos estruturais e culturais do país, bem como a natureza política e económica da resistência à restauração capitalista que se seguiu não facilitaram a emergência de uma vasta gama de movimentos com expressão de massa presentes noutros países europeus.

Por outro lado, a crise da esquerda política, em particular desde a década de 80 e a sua incapacidade de dar expressão às novas contradições civilizacionais que emergiam na sociedade portuguesa, abriu caminho à formação de organizações associativas fortemente dependentes do poder de Estado para desenvolvimento das suas redes de intervenção e voluntariado.

Finalmente, a presença continuada de uma cultura política que, não raro, faz das organizações sociais "correias de transmissão", em prejuízo do pleno exercício da democracia de base, tem dificultado a formação de novas gerações de activistas sociais e criado dificuldades e desconfianças entre activismos sociais e activismos partidários.

O resultado combinado destes factores é o da existência de uma densa rede de organizações associativas com pouca capacidade de gerar movimento e cidadanias alargadas. O único movimento social de massas existente em Portugal é o movimento sindical e mesmo neste se encontram presentes dificuldades e problemas reais de democracia, capacidade de mobilização e força de atracção.

Este panorama encontra-se, contudo, em significativa transformação. Persistem antigas culturas, mas nascem novas realidades. O seu encontro no processo constituinte do 1º Fórum Social Português e o arranque, extraordinário, de um movimento de massas contra a guerra, só equiparável ao levantamento de solidariedade com o Povo de Timor-Leste, confirmam, com segurança, que o "movimento dos movimentos" não passará ao lado do nosso país. E nele se empenha o Bloco de Esquerda, sem pretensões hegemónicas, em plena liberdade dos seus aderentes e procurando, para cada causa, o mais vasto leque de alianças e capacidade de atracção de vontades.

O Fórum Social Português, a realizar em Junho de 2003, o Fórum Social

Europeu, que reunirá em Paris no Outono, e o Fórum Social Mundial, que se realiza na Índia em 2004, constituem datas de referência de um calendário de mobilização e de encontro dos movimentos e forças pela globalização solidária. Neste movimento nos envolvemos e intervimos sem quaisquer reticências, respeitando a sua autonomia, complexidade e democracia.

**A política da esquerda socialista moderna constrói-se na defesa de uma democracia sem fronteiras e é parte integrante da nova política do movimento de movimentos que, em todo o mundo, contesta a globalização capitalista e cria as alianças necessárias para lhe fazer frente. Também esses movimentos vão determinar a forma de uma esquerda socialista moderna em Portugal.**

**4.**  
***De 1960 até hoje,  
Portugal mudou muito e  
muito depressa, tornando  
o país irreconhecível.  
Essa transformação social  
foi profunda mas não superou  
atrasos históricos decisivos:  
apenas os transportou  
no tempo.***

#### **MOVIMENTOS POPULACIONAIS**

Em primeiro lugar, mudou a população do país. Emigrou uma parte importante da população, em função da pobreza e da guerra: entre 1960 e 1975 saíram milhão e meio de portugueses para o estrangeiro, embora com a descolonização tivessem regressado das colónias 600 mil pessoas no espaço de dois anos (1974 e 1975). No entanto, a partir de 1993 inverte-se o fluxo migratório: passam a entrar mais imigrantes do que os emigrantes que saem. Portugal passou a ser um país de destino.

Alterou-se também a estrutura dos saldos demográficos com uma queda pronunciada da natalidade: no espaço de uma geração, passámos da maior à menor taxa de natalidade na Europa ocidental, ao mesmo tempo que a esperança

de vida aumentava rapidamente. A explicação para este último facto deve encontrar-se nas alterações no sistema de saúde – a mortalidade infantil desceu meteoricamente de 80 por mil para 6 por mil; a esperança média de vida dos homens subiu de 60 para 73 anos, e a das mulheres de 66 para 79 anos.

O resultado é um rápido envelhecimento da população: os menores de 15 anos, que em 1960 eram um terço da população, são agora um sexto, e os maiores de 65 anos, que eram 8%, são agora 15%, devendo no final da década ultrapassar o número de jovens.

### **OPORTUNIDADES SOCIAIS**

Em segundo lugar, alteraram-se as oportunidades sociais. Massificou-se o ensino em todos os níveis, com o alargamento da escolaridade obrigatória, mesmo que quase metade dos jovens a não conclua. Alargou-se o acesso ao ensino superior: em 1960 eram 22 mil os jovens nas universidades, hoje quase chegam a 380 mil. Mudou também a estrutura sexual da escola: as mulheres, que eram a excepção, são hoje a maioria no Ensino Superior – é o mais feminino da Europa (130 mulheres para 100 homens). Ao mesmo tempo, o analfabetismo reduziu-se nestas décadas de 40% para 7%, embora ainda seja o de maior nível da UE.

Em consequência do envelhecimento da população, temos hoje 1,7 activos para cada pensionista, num total de pouco menos de 3 milhões. Em 1960, Portugal tinha 56.296 pensionistas e em 1970 eram ainda 187.297: a inclusão de novos sectores sociais no regime de segurança social, que determina hoje quase 10% da despesa total nacional, foi uma das alterações sociais mais importantes destas décadas. Por esta razão, a privatização da segurança social é uma das disputas estratégicas actuais na sociedade portuguesa. Mas, uma vez mais, as condições de acesso à modernidade não foram generalizadas e o projecto de democratização ficou incompleto: a pensão média é miserável, ronda os 250 euros, mas muitas centenas de milhares de pessoas estão aquém desse limiar.

### **ESTRUTURA DE CLASSES**

Em terceiro lugar, mudou profundamente a estrutura social. Esta mudança ocorre em particular no sector primário: a população agrícola caiu drasticamente, de 43,6% para 7% (ainda a segunda maior taxa de emprego agrícola na EU), enquanto que o emprego na indústria se manteve estabilizado à volta de 35%, a maior taxa de emprego industrial da Europa. Cerca de 1 milhão dos cinco milhões de activos trabalham na indústria transformadora. Portugal continua a ser um país pobre e proletariado, mas os números escondem uma transformação social muito intensa: de facto, grande parte da população agrícola veio para as cidades, encontrando emprego na indústria ou nos serviços, enquanto parte do emprego industrial se transferia para os serviços públicos e privados.

Esta grande maioria de trabalhadores urbanos tem sido o alvo social principal das políticas de ajustamento económico: temos a maior intensidade de contratos a prazo da Europa e, portanto, a precarização mais extensiva; das maiores taxas de acidentes de trabalho; e agora a mais rápida subida de desemprego na UE, que salta de 4,2% em 2001 para um valor declarado de 5,8%, muito abaixo do real, que ultrapassará os 7,1% em 2002. Em menos de um ano, o desemprego duplicou, e tudo leva a crer que a tendência se agrave em 2003.

Por outro lado, o salário mínimo nacional há vários anos que vale menos do que o conquistado ao longo dos anos 70 e em 2003 é de esperar uma diminuição do rendimento real *per capita*, algo que só se verificou no final do cavaquismo, em 1993.

Estas realidades exprimem algumas alterações profundas nas várias classes e grupos sociais ao longo das últimas décadas. Entre 1968 e 1995, o número de propriedades agrícolas foi reduzido a metade, duplicando a área média de exploração, ao mesmo tempo que se reduzia a população agrícola total de 2,9 milhões para 1,3 milhões de pessoas. A pequena burguesia agrícola mantém-se, ainda assim, parte importante da pequena burguesia tradicional, aproximadamente metade. Em geral, posiciona-se social e politicamente à direita. Em contrapartida, a extensão da pequena burguesia na população determina que a burguesia portuguesa seja numericamente menos significativa do que na generalidade da EU, concentrado a sua acumulação recente na construção civil, nas finanças e na distribuição.

O proletariado industrial constitui uma grande minoria da massa dos trabalhadores que, em geral, é pouco qualificada, predominando a precariedade, a falta de autonomia e os baixos níveis de escolarização. Apesar da heterogeneidade das representações políticas, as famílias trabalhadoras são muito homogéneas e têm pouca mobilidade social, se comparadas com a situação europeia.

O que, inapropriadamente, se designa por "classes médias" - os sectores de trabalhadores administrativos, de serviços e de funções de controlo no processo produtivo - cresceram em número e peso social. A generalização do sistema de ensino, o Serviço Nacional de Saúde, a ampliação do sector administrativo de Estado nos últimos trinta anos, predominantemente feminino e, em menor grau, a complexificação da produção, explicam o fenómeno. O número de gestores não qualificados, de supervisores e técnicos não gestores ou de gestores semi-qualificados e qualificados, tem aumentado com a diversificação da actividade económica, mas é ainda menor do que noutros países europeus.

### **REVOLUÇÃO NAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

Em quarto lugar, modificou-se a relação dos cidadãos com a política. A revolução de Abril de 74 destruiu a ditadura, democratizou as relações sociais,

abriu espaço para a emergência de movimentos sociais activos, legalizou os partidos, encerrou o capítulo da censura. Passou-se de menos de um milhão de eleitores na fase final do sistema de ditadura e partido único para um sistema de democracia parlamentar com mais de 7 milhões de eleitores. Grandes alterações da relação social foram abrindo caminho, em particular a conquista de espaços importantes de autonomia e de direitos das mulheres, mesmo que esse processo seja permanentemente ameaçado pela contra-ofensiva reaccionária em torno dos valores patriarcais e fundamentalistas religiosos. À revolução se deve ainda o reencontro do país com as suas fronteiras e o fim da guerra e do colonialismo. Mas o processo iniciado em 74 ficou inacabado.

Quando Portugal se integra na Comunidade Económica Europeia, a 1 de Janeiro de 1986, é já sob o signo da hegemonia de uma modernização conservadora que o país se encontra. Ele não foi ainda superado - essa é a tarefa política a que se propõe uma esquerda socialista moderna.

**Estas quatro grandes modificações demográficas, sociais, comportamentais e políticas produzem um país simultaneamente moderno e atrasado. Submetido à hegemonia prolongada de uma modernização conservadora, Portugal precisa de uma modernização democrática, que só se pode definir como alternativa e socialista.**

## **5. A modernização conservadora impôs ao país um modelo de crescimento extensivo e subalterno. Hoje pagamos a factura de não se terem atacado as raízes dos nossos atrasos.**

É certo que, ao longo de três décadas, o crescimento da economia portuguesa foi mais rápido do que o da actual União Europeia. Mas é também certo que os problemas fundamentais ficaram por resolver: as receitas fiscais são das mais reduzidas, somos o país europeu com maior disparidade de rendimentos depois de imposto, a força de trabalho barata é pouco especializada, não há uma cultura de inovação tecnológica, os serviços públicos são deficientes. Por outras palavras, o crescimento continuou enquanto se podia ir mobilizando mais trabalho,



enquanto aumentou a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, que tem sido das mais elevadas da Europa (73% em Portugal, 66% na média europeia): a economia nacional cresceu enquanto absorveu novos recursos humanos, mesmo que para um nível baixo de valor de produção por trabalhador.

Manteve-se assim uma paz social relativa, assente numa baixa taxa de desemprego, mas também em salários baixos. A procura interna foi, no essencial sustentada ou pelo endividamento das famílias (com o estímulo à compra de casas por via da redução das taxas de juro) – e pelo consequente endividamento da banca no estrangeiro – ou pela expansão da despesa corrente do Estado e pelo investimento em obras públicas (em particular na construção civil). Mas este modelo tem sido estruturalmente incapaz de combater a subalternidade e o resultado é a persistência do atraso económico e social após três décadas de convergência, o que se pode medir por dois indicadores principais: o PIB per capita, em 2000, era de três quartas partes do da média da União e a produtividade pouco mais de metade.

### **A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA**

O modelo económico e social da modernização conservadora tem assentado em seis características e contradições principais:

1. O aumento do produto tem assentado no crescimento permanente do nível de actividade sem alteração estrutural, isto é, no aumento do emprego mantendo o mesmo padrão de especialização produtiva, em vez de se basear no crescimento de produtividade baseado em mudança de especialização. Só a imigração, em particular sob a forma imposta de imigração ilegal, pôde manter ainda este crescimento do nível de actividade.

2. As vantagens comparativas que foram sendo reforçadas, ou são fragilizantes (salários baixos), ou são insustentáveis (um baixo nível de esforço fiscal conjugado com um alto nível de evasão e fraude, incluindo a evasão legalizada).

3. A procura interna tem sido suportada por um ritmo de expansão de consumo público mais acentuado do que na UE (o que corresponde parcialmente à recuperação de atrasos infraestruturais, mas também à persistência de fortes ineficiências e investimentos errados), mas sem uma estratégia de investimento que procure alterar o padrão de especialização. Pelo contrário, o investimento concentrou-se na criação de mercados para a construção civil, com um efeito dramático na estrutura social. Ora, a restrição do défice zero implica agora cortes no investimento, com efeitos na perda de fundos comunitários.

4. Como a balança comercial é largamente deficitária e o sistema produtivo

não corresponde à procura interna, mantém-se um elevado desequilíbrio externo, com um rápido crescimento das importações, mesmo a contra-ciclo, ao mesmo tempo que se tem degradado a posição das exportações, pela mesma razão da falta de estratégia de investimento.

5. O financiamento do défice era assegurado por um tríptico – remessas de emigrantes, turismo e transferências comunitárias – que entrou vertiginosamente em crise: as transferências comunitárias serão reduzidas depois de 2006 e entretanto diminuem as receitas de turismo, ao mesmo tempo que se vão reduzindo também as remessas de emigrantes (entradas de divisas) e aumentando as remessas de imigrantes (saídas de euros). Assim, as transferências externas, que financiavam 52,5% da balança corrente em 1998, já só cobrem agora um terço.

6. Desenvolveu-se uma convergência nominal (redução da inflação e controlo do défice orçamental e da dívida pública) e também em alguns anos uma convergência real, mas esta é artificial: o crescimento de nível de vida tem sido mais rápido do que o da produtividade. E, a partir de 2001 e 2002, o processo de convergência real dá lugar a uma divergência crescente, acentuada pela imposição de uma política recessiva.

A especialização da economia portuguesa na divisão internacional do trabalho assenta em factores desqualificantes a longo prazo. Quando a recessão se impõe, degrada-se a capacidade das economias subalternas e assim está a acontecer com o nosso país. Mesmo antes da viragem na conjuntura já se antecipavam os primeiros sinais de regressão das exportações: entre 1997 e 2000, regista-se uma perda anual de quotas de mercado de 3,3%.

Por outro lado, apesar de transferências comunitárias gigantescas, da ordem de 3% anuais do PIB na segunda metade dos anos 90, a posição externa líquida negativa é agora à volta de 40% do PIB e a balança de operações correntes regista um défice na ordem dos 10%. Esta degradação no financiamento do défice estrutural - apesar da redução do peso (mas não do volume total) do défice de mercadorias e de tecnologias - ocorre sobretudo porque se reduzem as transferências externas, incluindo as de emigrantes e as receitas do turismo.

## **NA ESTRADA DA DIVERGÊNCIA**

Nos últimos dois anos, a crise deste modelo de crescimento extensivo e subalterno tornou-se evidente com a vulnerabilidade evidenciada aos efeitos de arrastamento da recessão. Os primeiros sintomas do colapso foram a queda da procura interna e da actividade económica em geral, o aumento do desemprego - que tende a crescer a níveis desconhecidos nas últimas décadas - e a perda das fontes de financiamento. As consequências sociais desta falência já se fazem sentir.

O fracasso deste modelo de crescimento faz com que Portugal seja hoje, entre os países mais atrasados da UE, o que mais se atrasa. Uma esquerda socialista moderna deve ser capaz de apresentar uma alternativa consistente ao crescimento extensivo e subalterno.

## **6.** ***As vantagens comparativas em que o país se tem especializado são as que determinam o seu atraso estrutural***

A vulnerabilidade da estratégia do crescimento dependente é a sua própria vantagem comparativa fundamental: os salários baixos. Eles acentuam a subalternidade internacional. Tem sido fundamentalmente o investimento directo estrangeiro que cria nova capacidade produtiva ou tecnológica, nas condições já atrás assinaladas. Mas este é, também, o que cria maior vulnerabilidade a deslocalizações, despedimentos e desemprego futuro.

Ao contrário dos mitos comuns, o que se verifica é que, na União Europeia, o trabalhador português é dos mais mal pagos, o que tem menos formação contínua, o que trabalha mais horas e o mais precário. É precisamente esta situação que acentua a vulnerabilidade do emprego. O mercado de Trabalho em Portugal tende a diferenciar-se em três mundos separados, sem conexões entre si: os imigrantes, que assumem as tarefas de maior penosidade e menor salário, sendo frequentemente ilegais e estando muitas vezes fora do sistema tributário e de segurança social; os trabalhadores desqualificados, sobretudo mulheres; e o pequeno segmento de trabalhadores qualificados e razoavelmente bem pagos. O primeiro tende a aumentar, o segundo a fornecer importantes contingentes para o desemprego, e o terceiro a estabilizar-se.

### **EMPREGO E FORMAÇÃO**

Esta fragilidade do emprego é tanto mais grave quanto se conjuga com uma vulnerabilidade geracional: Portugal é particularmente atingido pelos efeitos cumulativos de um sistema de ensino e de educação deficiente: dois terços dos activos entre 25 e 64 anos só têm a escola primária e, no primeiro estudo nacional sobre literacia, demonstrou-se que metade dos inquiridos tinha dificuldade em usar informação escrita e em perceber conceitos e informações. Entre os 15 e 65

anos, o quase-analfabetismo anda pelos 10%, enquanto a parte da população que tem capacidade de processamento e integração de informação múltipla em textos complexos não chega a 8%. O mesmo se verifica quanto à difusão da “sociedade de informação”: face a uma média europeia de 36%, Portugal tinha em Junho de 2001 cerca de um quarto da população com acesso à Internet em casa, sendo também o país de menor intensidade de acesso e com o 3º preço mais caro. Somos também o último país da EU em computadores por cada 100 estudantes do secundário e o penúltimo em computadores online. O Fundo Social Europeu, entre fenómenos de corrupção e formações sem horizonte de futuro, tem-se revelado, em grande medida, uma oportunidade perdida para o país. Numa palavra, no que verdadeiramente conta, Portugal é o país mais atrasado da Europa.

### **UMA BURGUESIA ACOMODADA À SUBALTERNIDADE**

Quanto à burguesia portuguesa, considerando ainda que os seus sectores mais dinâmicos estão envolvidos ou na distribuição ou no sector financeiro – ou ainda na construção, mas aí dependendo fundamentalmente da importação de imigrantes – não tem tido nenhum interesse estratégico em alterar o padrão de especialização produtiva e portanto em sair do ciclo vicioso dessa subalternidade.

O resultado tem sido o aumento das desigualdades sociais, tornando Portugal na sociedade europeia mais desigual, segundo o Eurostat: os 20% mais ricos detêm 46% do rendimento, enquanto que os 20% mais pobres ficam com 6%, e 29% das famílias encontram-se abaixo da linha de pobreza. A modernização conservadora tem sido uma catástrofe social.

**A modernização conservadora produziu subalternidade, atraso, incompetência, injustiça e exclusão social.**

**Em consequência, agravou a desigualdade.**

**O combate às consequências deste modelo é condição para o amadurecimento de uma alternativa económica e social à subalternidade**

## 7. ***Perante o impasse, a nova alternativa da direita unida é o agravamento do fosso social, com a imposição de um novo modelo conservador-liberal.***

A resposta à crise e ao impasse da modernização conservadora, do ponto de vista da direita, foi formulada em 2002. Com o progressivo esgotamento do rentismo e da capacidade assimilativa da distribuição dos fundos europeus, a ampliação do espaço de rentabilização impunha um novo modelo conservador-liberal: com a aliança PSD-PP, a política do governo de direita investe na decomposição dos serviços públicos e serve-se da recessão e do défice zero em 2006, para a impor. A recessão não é a consequência indesejada da política liberalizadora: a recessão é a própria política e é uma restrição imposta contra a liberdade.

O trabalho é, mais uma vez, a variável principal de ajustamento no quadro da recessão nacional. E esta é a condição necessária para fazer vencer a estratégia da liberalização.

A recessão tem como efeito o aumento dramático do desemprego, em particular nos sectores mais vulneráveis da economia: os exportadores com pouco valor acrescentado, a indústria transformadora virada para o mercado interno e os ramos mais dependentes da procura conjuntural. É em torno do trabalho e do emprego que se vão travar os combates fundamentais para tornar possível – ou para inviabilizar – este projecto de modernização conservadora e liberal.

### **AS ALIANÇAS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA**

A estratégia do poder tem assentado em quatro pilares fundamentais.

O primeiro é a definição de um “bloco central europeu” que aceita a subordinação política e a dependência económica da União, bloqueando o debate das políticas alternativas e restringindo o campo das possibilidades da política a um liberalismo mais ou menos temperado. Este arco europeu condiciona o sistema partidário e tem determinado as margens da governabilidade em regime de alternância.

O segundo pilar é a aliança entre o poder e a finança: o sistema bancário e as seguradoras têm beneficiado não só da protecção relativa do mercado, como de isenções fiscais e benefícios crescentes. A privatização parcial da segurança social

é outro dos grandes prémios que agora se quer dar a este sector, precisamente o que mais se esquia aos pagamentos de IRC.

O terceiro pilar é a relação vizinha dos poderes com a construção civil: os governos têm-se comprometido a manter um elevado nível de investimento público em grandes obras, em particular as auto-estradas, a Expo, agora os Estádios do Euro2004. O aumento rápido do peso do sector da construção civil entre as indústrias é a consequência desta opção, o que tem efeitos particularmente perversos no manejo de verbas dificilmente controláveis, na corrupção dos partidos e das autarquias, ou ainda na impunidade ambiental das grandes obras. Como se tem verificado com a explosão dos escândalos na relação entre Câmaras, futebol e empreiteiros de construção, uma economia que assente em grandes obras concessionadas é necessariamente permeável a cartéis de interesses mafiosos. Aliás, o modelo de desenvolvimento urbano favoreceu igualmente um ciclo vicioso de construção e concentração: na falta de uma reforma da tributação do imobiliário, de reforma do financiamento municipal e de reforma do mercado da habitação de modo a promover a recuperação do imobiliário já existente, as autarquias, aliadas às empresas da construção civil, promoveram sempre mais e mais florestas de betão de modo a obterem mais recursos. Este ciclo vicioso faz com que Portugal, com uma densidade populacional que é 3,5 vezes menor do que a da Holanda e 2,5 vezes menor do que o Reino Unido, tenha níveis de saturação urbana sem comparação com estes países.

Neste contexto de bloqueamento do mercado da habitação, o comportamento social de boa parte da população portuguesa era inevitável: 2 milhões de famílias tornaram-se proprietárias das suas habitações, o que constitui a mais elevada taxa europeia de proprietários de casa própria (embora metade seja de construção recente e esteja ainda a ser paga), apesar de apenas metade delas possuir automóvel.

Finalmente, o quarto pilar, que assegura ao patronato a permanência das vantagens fiscais e uma política consistente de contenção salarial e de discriminações activas: desfavorecendo os imigrantes, as mulheres, os jovens e promovendo a impunidade ambiental.

### **PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS**

O que a estratégia conservadora-liberal introduz nestas políticas é a criação de um novo centro dos negócios nos investimentos sociais, a partir da privatização dos serviços públicos: a saúde será a principal nova área de acumulação, o que requer destruir o consenso social sobre a importância de serviços públicos de qualidade como condição igualitária de acesso à cidadania. Deste modo, o novo modelo de desenvolvimento liberal consolida e reforça o atraso. Mais ainda, dada a incapacidade da burguesia portuguesa e dos seus governos em substituir o crescimento extensivo e subalterno, e considerando a política de investimento do

capital estrangeiro, que se limita a criar entrepostos ou cadeias de montagem, que geram pouco valor acrescentado, torna-se evidente que só uma estratégia nacional alternativa, assente no investimento social pode vencer, se orientado para a criação de capacidade produtiva e de justiça redistributiva.

Ora, o novo modelo barrosista, o modelo liberal-conservador, assenta nas virtudes punitivas da recessão, porque só uma sociedade e um movimento popular enfraquecido pode aceitar a violência da perda de direitos fundamentais. Escolher entre a recessão e a expansão, entre a divergência e a convergência, entre o poder tradicional e a redistribuição social, é escolher entre o modelo de modernização liberal e o modelo alternativo de modernização democrática.

**Uma esquerda socialista moderna responde à devastação liberalizadora com uma estratégia baseada no investimento em educação e no sistema público de saúde: Para pagar a dívida interna deixada pelo desenvolvimento injusto e pelo atraso e qualificar a capacidade produtiva do país redistribuindo a sua riqueza. Esta é a alavanca necessária para "infra-estruturar" uma política de convergência.**

**8.**  
***A brutalidade da nova estratégia decorre das suas características constitutivas. Mas para triunfar, ela precisa de impor o egoísmo social e o conservadorismo moral e cultural.***

O governo PSD-PP transformou estes objectivos num programa imediato, que aplica metodicamente. Em menos de um ano, a precipitação vingativa do governo revelou-se na anulação da tributação das mais-valias bolsistas; no ataque ao programa do rendimento mínimo garantido; na nova Lei da Imigração; no avanço para a privatização ou destruição do Canal 2 da RTP; na reforma que inicia a destruição do sistema público de segurança social e sobretudo no Código do Trabalho. Ao mesmo, identificou claramente alguns dos seus amigos: na política de favores fiscais aos clubes de futebol ou nas vendas de propriedades públicas

com contratos obscuros. A direita prospera e impera através de cumplicidades, de escândalos e de negócios de duvidosa legalidade.

2002 e 2003 marcam um aprofundamento da crise social e económica por via da governação de direita unida. O fulgurante aumento do desemprego, numa situação em que mais de um milhão de trabalhadores se encontra vulnerabilizado pela precariedade extrema, demonstra a principal característica do reajustamento social em curso. Depois do fracasso político e económico do governo Guterres e da política de centro, esta ofensiva da direita ganha nova dimensão e afirma-se como alternativa conservadora-liberal.

### **A CRUZADA SOCIAL**

As respostas sociais a esta ofensiva foram até hoje insuficientes. Apesar da greve geral de Dezembro de 2002, que envolveu um expressivo número de trabalhadores, foi desde então imposta a perda de salário real na Função Pública e avança o projecto do Código Laboral, depois da lei da imigração. A estratégia de exclusão do trabalho afirma-se deste modo pela instrumentalização do desemprego – que até final do ano pode vir a atingir os 8 por cento – como uma forma de divisão social e de partição pelo sexo, pela origem étnica, ou pela idade. A resolução da contradição entre o capital e o trabalho em benefício do primeiro, assenta assim numa política deliberada de fragmentação social e ataque à representatividade simbólica e estrutural das organizações de trabalhadores.

### **A CRUZADA IDEOLÓGICA**

A estratégia de fragmentação depende do sucesso de uma cruzada ideológica que reclame, desde logo, o estatuto de “pensamento único” para a condução neo-liberal e para o conservadorismo social que o suporta.

Contudo, a amplitude e extensão da ofensiva da direita unida contra as conquistas sociais da democracia portuguesa atingem em profundidade a própria base eleitoral de apoio das formações políticas da direita e emerge, incontornável, a contradição entre as promessas e as decisões governamentais.

Na impossibilidade de um bloco social maioritário de apoio, a construção de consensos para cada medida depende da capacidade que o governo tenha de polarizar falsas fracturas, de encontrar bodes expiatórios para os problemas sociais que protejam os interesses e os verdadeiros responsáveis. Foi assim que, contra o rendimento mínimo, invocaram as expectativas dos pensionistas; contra a função pública procuram atirar os trabalhadores do sector privado e os utentes dos serviços; contra os direitos no Trabalho agitam os interesses dos desempregados e precários; contra os imigrantes apelam às virtudes dos trabalhadores nacionais; contra a modernidade do Estado social invocam as virtudes antigas do mercado; e contra tudo o que é diferença de comportamentos



e identidades particulares, argumentam com os valores tradicionais do exclusivismo religioso e do reaccionarismo e elitismo cultural. O populismo é a guerra civil molecular de todos contra todos, a que se alimenta, simultaneamente, da cultura de submissão, do egoísmo social e da exploração miserável das angústias dos mais desprotegidos e dos medos das chamadas classes médias. O populismo é a dimensão ideológica da estratégia de fragmentação social e cresce na exacta medida em que esta se desenvolve.

O populismo deste início de século não é um discurso estritamente político, mas uma proposta de hegemonia cultural. Na política ele esforça-se por impor um estilo que procura esvaziar a confrontação de ideias; mas no plano da comunicação social de massas, a sua expressão é a que substitui a informação pelo entretenimento e ao mesmo tempo revoluciona todas as fronteiras, exibindo o povo e a privacidade como espectáculo para si próprio: o populismo mediático é um dos factores de evacuação da política como cidadania e como participação. A democracia transforma-se assim na primeira vítima do *show-business* que é a quinta-essência da actual arte de governar.

### **A TELEVISÃO E A BATALHA CULTURAL**

O instrumento fundamental de difusão do populismo mediático é a submissão da TV generalista às regras da mercadorização da política. A Televisão existe em Portugal desde 1957, quando o país tinha 40% de analfabetos, e assim a escrita nunca chegou a ser a forma dominante de informação, nem foi a escola que socializou o acesso das famílias ao conhecimento. Esse papel acabou por ser deficientemente cumprido pela TV e, em menor medida, a rádio. Mas até esse papel hoje quase desapareceu. O populismo mediático transforma essa antiga dependência na forma como define o espaço da comunicação, precipitando a aceleração de factos descontextualizados e novidades inconsequentes, através de uma técnica de saturação e banalização que superficializa ou esvazia a complexidade e o debate democrático. A concentração da propriedade dos meios de comunicação social em três grandes grupos agrava os perigos resultantes desta tendência forte.

Os novos e velhos intelectuais orgânicos da direita são, por isso, comunicadores por excelência da televisão e estratégias mediáticas cuja função é reduzir o espaço público à reverência perante o poder globalizado, distanciado e agigantado, e a cidadania à submissão. A transformação dos escândalos do regime, como o das redes de pedofilia ou a corrupção em câmaras municipais, em labirintos de insinuações e emoções exploradas e contraditas até à exaustão, neutraliza a inteligência do cidadão, reduzindo-a à condição de espectador. Estas tendências no mundo da comunicação de massas são parte integrante da crise da política.

## **A RESPOSTA AO POPULISMO**

O fracasso ideológico do centrismo decorre é marcado pela sua incapacidade de enfrentar as ideias fortes do conservadorismo liberal com as ideias fortes de uma política de esquerda. Ora, as condições para uma contra-ofensiva que recoloca a política no epicentro dos confrontos de ideias e de forças sociais são as mesmas que definem a viabilidade de uma estratégia socialista: ampliar os espaços públicos e estruturar os direitos de acesso igualitário à vida moderna; defender a socialização democrática que a escola deve representar; dar conteúdo aos direitos de todas as minorias e combater tanto a rejeição como a indiferença perante a diferença; disputar comunicacionalmente a legibilidade de todos os processos de mobilização; e opor ao populismo que suporta a fragmentação os valores de solidariedade e cosmopolitismo que exprimem a alternativa de políticas para a coesão social.

**À fragmentação social e ao populismo a política socialista moderna ergue como alternativa a convergência de todas as expressões da luta social e a sua visibilidade. A esquerda deve valorizar as estratégias de acção social participada, as lutas e greves unificadoras, a abertura de novas frentes de organização do Trabalho (precários e desempregados), os actos de protesto, desobediência e objecção contra a prepotência.**

## 9. ***O Bloco de Esquerda bate-se por uma plataforma de convergência das oposições e da luta social opondo à modernização conservadora uma política de modernização democrática capaz de ganhar a maioria do país.***

O Bloco de Esquerda nasceu há quatro anos para representar alternativas praticáveis que respondam às diferentes dimensões da crise nacional, abrir caminho a um europeísmo de esquerda e a um internacionalismo solidário e afirmar uma esquerda moderna. Empenhamo-nos numa estratégia de democracia e unidade dos movimentos sociais para que a maioria das mulheres e dos homens existam como cidadãos, enfrentando assim a civilização capitalista. Temos ganho para isso a confiança de milhares de participantes na construção do Bloco e de eleitores que apoiaram e reconduziram a eleição do seu grupo parlamentar.

Durante estes anos, o Bloco não hesitou em tomar posição, respondendo a guerras e à globalização, a medidas dos vários governos e às expressões dos problemas sociais que se têm agravado no país. Durante estes anos, o Bloco tem sido uma alternativa, uma esperança e um sinal de inconformismo na esquerda portuguesa. Assim continuará a ser.

O Bloco quer transformar a esquerda em profundidade, o que exige um longo processo de aprendizagem, de convergência e de confrontação clarificadora, para a dotar da capacidade de se afirmar como alternativa contra a direita.

O Bloco de Esquerda é parte do processo de constituição de novas redes e novas lideranças sociais e políticas alternativas aos partidos do centro e que se dispõem, sem tibiezas, a enfrentar a direita. Esta alternativa, por natureza, aspira à maioria, porque representa a viabilidade da política de esquerda.

### **OS EIXOS PARA UMA MODERNIZAÇÃO DEMOCRÁTICA**

O Bloco tem-se concentrado em três grandes tarefas de luta contra o governo da direita e que apontam para uma plataforma de referência para as propostas e para as convergências imediatamente necessárias. Essas medidas, que constituíram o núcleo duro da coerência da nossa intervenção desde a sua

formação, respondem ao país com uma proposta de política para uma governação decente.

Em primeiro lugar, a esquerda deve comprometer-se com uma estratégia para o pleno emprego e o desenvolvimento das qualificações que criem autonomia e capacidade de escolha em todos os trabalhadores. Em consequência, os objectivos fundamentais da política económica são a criação de emprego qualificado, a redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas, o aumento das oportunidades de formação e a melhoria das condições das pensões, com base na defesa da contratualização colectiva e do direito de greve. A reforma fiscal, que tem constituído uma referência fundadora do programa do Bloco, é a contrapartida necessária para financiar a estratégia de pleno emprego e definir uma democracia social elementar.

Em segundo lugar, a esquerda compromete-se com a ampliação dos serviços públicos que criam bens essenciais para o acesso à vida moderna, como a educação, a saúde, os recursos naturais, a mobilidade urbana, os bens culturais e a informação. Estes bens e recursos não podem depender do mercado, mas dos poderes públicos e da cidadania organizada, essencial na definição dos padrões de qualidade e preços. A socialização progressiva e a generalização de formas de democracia participada e controlo cidadão sobre as escolhas dos poderes públicos, são uma condição da modernidade porque nos batemos.

Por outro lado, os sectores decisivos para um modelo de desenvolvimento de modernização democrática são os serviços de energia, água e transportes e os sectores financeiro e segurador. Aí, a propriedade pública ou social deve marcar presença estratégica determinante, invertendo o actual processo de privatizações. E é indispensável que o Estado não prescindia da sua capacidade reguladora e de planeamento democrático sobre o conjunto da economia.

Finalmente, o terceiro pilar de uma resposta de esquerda à crise nacional é uma estratégia para a Europa que enfrente o neo-liberalismo, como detalhado na Declaração Europeia considerada por esta IIIª Convenção.

Esta é um programa para uma oposição que derrote o governo da direita unida e ganhe a maioria do país para uma mudança que responda à crise nacional.

**A política da esquerda socialista moderna distingue-se pelo seu esforço, disponibilidade e capacidade de realizar as convergências necessárias para uma estratégia de pleno emprego qualificado, ampliação dos serviços não-mercantis ao dispor de todos os cidadãos e cooperação europeia de alternativa ao neo-liberalismo.**

**10.**  
***Em Janeiro de 2000, o Bloco de Esquerda assumiu estatutariamente a sua condição de movimento político plural empenhado na “perspectiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e a opressão”.***

Esta perspectiva alimentava-se de três aprendizagens e, em consequência, de três intenções. Em primeiro lugar, partia da análise crítica e da rejeição do que se chamou, perversamente, o “socialismo real”, ou seja, os regimes repressivos que entraram em colapso desde os finais dos anos oitenta. A incapacidade de planeamento centralizado total, assente em despotismo e corrupção, a exclusão da participação popular e a eliminação militarizada do pluralismo político conduziram estes regimes ao isolamento e esgotamento. A perspectiva socialista deve, portanto, definir-se politicamente como o contrário destes regimes, para poder recusar o preconceito elitista que desdenha da capacidade de formular uma democracia social e económica como parte da democracia política aberta.

Em segundo lugar, a perspectiva socialista foi concebida desde a fundação do Bloco como a resposta a novas e velhas questões impostas pelos mitos da razão técnica, do progresso e do produtivismo e em consequência pela exploração presente e passada dos seres humanos e da natureza, como resposta às dívidas da humanidade para consigo mesma.

Os conflitos de género impostos pela cultura patriarcal, profundamente enraizada nos tempos, ou os confrontos entre culturas, formam igualmente parte destes processos não-contemporâneos que foram integrados no capitalismo global e a que o socialismo deve apresentar uma resposta civilizacional assente no alargamento da democracia sem fronteiras, na autonomia individual e na responsabilidade colectiva. No mesmo sentido, a emancipação do trabalho e da sociedade, a organização da produção pelos próprios produtores, a participação de todos nas escolhas colectivas – que são objectivos essenciais que decorrem da centralidade do trabalho e da produção material e imaterial na determinação da vida social – só é possível com a construção de uma relação sustentável com

Natureza: a cultura ecológica desafia profundamente a tradição positivista, deve vencê-la e, nesse sentido, é condição e dimensão do projecto socialista.

Em terceiro lugar, a perspectiva socialista foi definida como resposta aos desafios do capitalismo realmente existente, que tomam hoje a forma da guerra e do neo-liberalismo. Assim, o socialismo define-se não apenas como horizonte mas como política concreta e actual.

A política emancipatória contrapõe-se à realidade da exploração e opressão, e propõe assim uma ruptura com a civilização capitalista. Mas tanto não basta para definir a perspectiva socialista, pois esta não se limita a ser uma negação. Pelo contrário - porque a estratégia da esquerda não pode subestimar, antes deve compreender a tensão do poder na defesa dos privilégios exclusivistas - o socialismo constitui-se como uma aprendizagem da democracia política, social, económica e cultural, na direcção de uma sociedade «em que o livre desenvolvimento de cada um seja a condição para o livre desenvolvimento de todos». O programa de redistribuição de oportunidades e de recursos é a base da devolução do poder à democracia. O socialismo define-se assim como processo e estratégia de desenvolvimento de uma sociedade orgânica e politicamente plural, que defende a liberdade de expressão e de organização pluripartidária e que será democrática ou não será socialista.

Ao assumir esta perspectiva, o Bloco projecta a esquerda como movimento político e social de vocação maioritária. E neste sentido, distingue-se quer das sociais-democracias rendidas ao liberalismo quer dos nostálgicos dos regimes de Leste: o Bloco sublinha que só se constroem alternativas de civilização em nome de uma cultura de alternativa.

O socialismo é assim uma proposta de confrontação política que faz viver a democracia na vida social e económica e que, portanto, não se pode fazer em nome da maioria da sociedade mas somente por via da maioria da sociedade - esse é o seu sentido profundamente emancipatório.

### **Os projectos políticos definem as formas dos partidos e movimentos.**

**Por isso mesmo, o Bloco escolheu uma orientação para a unificação das forças políticas e sociais da democratização emancipatória.**

**Em coerência, desenvolve uma estratégia para a criação dos sujeitos políticos contra-hegemónicos que sejam capazes de disputar os espaços da representação e da participação popular.**

**Para corresponder a estes projectos, a própria vida interna do Bloco deve ser melhorada para que venha**

a ser o equivalente funcional da sua proposta, baseando-se na transparência, na síntese a partir da pluralidade de opiniões, em formas de organização e coordenação abertas, numa prática cultural densa e permanente e no radicalismo crítico que anuncia uma esquerda moderna.

## 11.

***O Bloco tem respondido às exigências de uma luta política intensa, ganhou confiança e protagonismo e começou a construir a sua intervenção social. Mas entre a sua estrutura e as necessidades, existe uma grande distância que é necessário colmatar***

O Bloco deve ser organicamente alargado a muitos milhares de apoiantes. Eles são decisivos para que, na acção, o bloco se possa constituir como uma alternativa na esquerda.

Esta escolha que não pode mais ser adiada ou secundarizada não é contraditória com o nosso trajecto partidário em forma de movimento aberto e plural.

O Bloco enfrenta em 2003 e 2004 provas importantes e quer vencê-las.

Temos procurado criar formas inovadoras de relação entre a esfera política e a vida associativa, a partir de uma cultura de participação que tem sido deficitária em Portugal. Esta cultura contrapõe-se aos mecanismos partidários tradicionais de pilotagem e controlo que têm esvaziado os movimentos sociais. A partir do compromisso e vontade de impulsionar formas de organização social representativa e unitária, que são elementos fundamentais do enfrentamento com a cultura elitista e exclusivista que tem dominado a política e que é parte da sua crise, o Bloco rejeita em toda a sociedade o espírito proprietário de poderes que se impõem pela eternidade dos cargos públicos executivos e pelos privilégios particulares. O Bloco define-se então como movimento de activistas com direitos e deveres igualitários, que mantêm um compromisso voluntário

permanentemente reafirmado e que é a base tanto da sua acção social como da sua vida interna.

Como corrente politicamente organizada na sociedade, os activistas do Bloco não se isolam da vida e da aprendizagem da experiência das lutas e dos movimentos sociais, de que são parte integrante. Pelo contrário, é nesses processos sociais que vivem, que defendem os seus pontos de vista, que procuram constituir formas de democracia viva e que dão corpo a uma cultura emancipatória. No mesmo sentido em que os activistas dos partidos devem ser parte dos movimentos, estes transformam os partidos porque ampliam a sua concepção programática e desafiam-nos a novas formas de trabalho em rede e em cooperação com outras forças. Como força integrante desses movimentos sociais, o Bloco compromete-se com o seu desenvolvimento e carácter unitário e aberto.

Ao mesmo tempo que estimula o envolvimento de todos os aderentes nos movimentos que expressam a necessidade de uma cidadania ampliada e procura por isso a sua participação nos movimentos sociais, o Bloco tem desenvolvido espaços de discussão públicos que permitam o debate de opiniões e o estabelecimento de plataformas comuns de intervenção. Ao mesmo tempo, reafirma que os seus aderentes continuam a ter toda a liberdade e a responsabilidade da sua opinião dentro desses movimentos e estruturas representativas.

### **CONFERÊNCIAS SECTORIAIS E TEMÁTICAS**

A organização de conferências sectoriais e temáticas regulares tem sido o processo constituinte de plataformas de intervenção em que os activistas do Bloco se reconhecem.

A reflexão sobre essas plataformas comuns deve ser alargada a sectores ou movimentos em que os aderentes do Bloco têm hoje uma presença significativa, mas que já devia ter expressão na sua vida colectiva. É o caso das práticas culturais, do movimento gay e lésbico (LGBT) e dos movimentos de imigrantes.

Esta é a primeira orientação de trabalho da III Convenção, em direcção a uma melhor inserção dos activistas do bloco nas realidades dos novos movimentos sociais.

### **INTERVENÇÃO SINDICAL**

Com a experiência dos Encontros do Trabalho e da Imigração, da formação de propostas sindicais, da intervenção e condução de greves e lutas de resistência por aderentes, da actuação em comissões de trabalhadores, o Bloco tem acumulado uma relação com sectores do movimento sindical que aspiram à criação de plataformas unitárias para a renovação, democratização e ampliação do



sindicalismo. O movimento sindical só se renovará se combinar uma democracia de alta intensidade com uma orientação combativa bem definida: o contributo dos aderentes do Bloco neste sentido será importante.

### **DESCENTRALIZAÇÃO E SUBSIDIARIEDADE**

O Bloco valoriza a autonomia dos aderentes, das estruturas distritais e regionais, dos organismos de coordenação na decisão em esfera própria. De facto, estas características de movimento político são uma escolha voluntária, sublinhando a descentralização da responsabilidade e um princípio activo de subsidiariedade que deve ser constitutivo do Bloco: as decisões devem ser tomadas no nível onde há o melhor conhecimento para fazer escolhas e para as aplicar. A generalização desse princípio da subsidiariedade é o segundo processo de mudança que a IIIª Convenção deve inaugurar. Em particular, isso implica o reforço do papel das assembleias e coordenadoras distritais, para poderem ser a base da democracia, da informação de proximidade e da participação directa dos aderentes nos debates e nas decisões, e dos grupos de trabalho que auto-organizam os aderentes para determinadas actividades e para interesses específicos.

A organização de uma Universidade de Verão, aberta a todos quantos nela queiram participar, inaugurará uma nova prática de reflexão aberta.

### **JUVENTUDE**

Desde a sua fundação, o Bloco quis ser, tanto quanto possível, permeável à juventude, contrariando a criação de um muro entre gerações sob a forma de uma "jota". A nossa escolha foi a do aumento da responsabilidade política dos jovens, de modo que o movimento no seu todo pudesse aprender com a linguagem da radicalidade juvenil. Sem prejuízo desta orientação, os jovens devem ter vida e espaços próprios dentro do Bloco, seja através da sua conferência, da eleição de coordenações, da representação em todos os níveis da vida do Bloco e da participação plena nas discussões que definem as orientações. Essa autonomia é condição para estabelecer a dinâmica de actuação que permita um alargamento a novos sectores de jovens para além dos universitários, como o dos trabalhadores precários, ou o dos estudantes do ensino secundário.

O terceiro processo de mudança deve ser a ampliação da capacidade de organização de jovens aderentes.

### **A DEMOCRACIA**

A democracia na vida interna do Bloco tem como função conduzir a decisões colectivas sobre a sua orientação, mas também estimular a troca de experiências e a reflexão sobre uma sociedade social, regional, cultural e geracionalmente diversificada. Mas a circulação de informação e a participação têm tido obstáculos

importantes em práticas rotineiras, na info-exclusão da Internet de parte de alguns aderentes e em acessos muito diferenciados à decisão.

O enriquecimento da vida democrática do Bloco, a quarta grande transformação que deve decorrer da Convenção, passa por um conjunto de processos articulados: a nível nacional, a regularização das conferências sectoriais para acompanhar o desenvolvimento da acção social, bem como o funcionamento dos grupos de trabalho; a nível distrital, a publicação de material informativo sobre os calendários de actividades e de debates; a nível local, as reuniões abertas e convidativas que permitam tomar todas as decisões pertinentes.

### **CAMPANHAS DE MASSAS ENVOLVENDO TOD@S @S BLOQUISTAS**

Finalmente, o Bloco deve mudar na capacidade de combinação nacional das suas intervenções. No ano de 2003, duas grandes campanhas são necessárias: contra a guerra e pelo referendo para o fim da criminalização das mulheres em caso de aborto. Os activistas do bloco encontram-se ainda empenhados no sucesso do Iº Fórum Social Português. Em todos estes casos, trata-se de movimentos não-partidários, abertos e plurais, que encontram na sua diversidade e representatividade a sua própria força. Em todos eles, a participação de aderentes e o apoio empenhado do Bloco são fundamentais para o seu sucesso. Assinale-se ainda que as eleições europeias decorrerão no Verão de 2004, ainda antes da próxima Convenção, e que a presença da lista do Bloco, na sequência da discussão actual sobre as linhas programáticas sobre a Europa, deve marcar o debate nacional.

**Nos próximos dois anos, precisamos de um Bloco de Esquerda muito maior, mais descentralizado na sua actividade distrital e sectorial, mais articulado na criação de plataformas de intervenção para o desenvolvimento de movimentos sociais, mais aberto à participação directa dos aderentes fora dos períodos de Convenção e mais concentrado em grandes actividades políticas unificadoras. Esta é a escolha desta Convenção.**

*Este projecto foi aprovado por unanimidade pela Mesa Nacional, reunida em 22 e 23 de Fevereiro de 2003, como base de trabalho para ser apresentada à Convenção Nacional.*



# *Para uma Refundação Democrática da União Europeia*



**III<sup>a</sup> convenção**  
do Bloco de Esquerda  
10 e 11 de Maio de 2003

## **Tese I**

# ***A Europa na encruzilhada: Entre a submissão ao Império e as vozes da cidadania universal***

### **1.**

A estratégia imperial de Washington e o seu primeiro acto, a invasão unilateral do Iraque, estão a alterar a cena política e social europeia. Essa mudança expressa-se em duas tendências maiores: por um lado, aprofunda-se a níveis nunca antes vistos a crise da política enquanto exercício do poder dissociado da vontade popular; por outro lado, assiste-se a uma fantástica reapropriação da política por milhões e milhões de europeus que, tomando as ruas, descobrem a imensa força e razão que, afinal, possuem.

Entre a tentativa do seu sequestro pelo Império e a voz da cidadania universal, a Europa institucional e as suas lideranças encontram-se na mais difícil das suas encruzilhadas. Na nova polarização criada pela guerra, a construção política europeia, «por cima», entra em crise aberta; e uma outra, «por baixo», se anuncia nas mais pujantes manifestações desde o pós-Guerra. O primeiro "efeito colateral" da guerra de Washington, aí está: na Europa nada ficará como dantes.

### **2.**

«Outra Europa» nasceu a 15 de Fevereiro. A mobilização cívica sem precedentes a que estamos a assistir tem, na Europa, três características essenciais:

Desde logo, está a ser capaz de transformar um valor, a Paz, numa proposta política concreta para milhões de cidadãos e cidadãs. A Paz é a alavanca deste «Povo Global», que conquistou o direito a uma voz independente no ecrã mundial. Entre o poder do Império e a razão do «Povo Global», o fosso não poderia ser maior: é o que distingue uma ordem mundial para lá de qualquer lei ou, pelo contrário, a que reclama um mundo mais justo e pacífico, ancorado no desenvolvimento do Direito Internacional. No primeiro caso, a guerra transforma-se no modo normal e bárbaro da política; no segundo, é a política que se reinventa, ligando-se a padrões éticos fortes.

A vontade de Paz traduz ainda um intenso desejo de Justiça. Para as multidões que se manifestam, "não há Justiça sem Paz, nem Paz sem Justiça". O adversário é a guerra. Mas a mensagem é bem mais vasta: a oposição aos governos servis põe o dedo na ferida do divórcio entre representantes e representados; a oposição à corrida armamentista lembra as prioridades esquecidas, desde logo as do

combate à fome e à doença que continuam a grassar; a oposição à arrogância e ao fundamentalismo primário da administração norte-americana recoloca os Direitos Humanos e a necessidade de serem respeitados. Na sua pluralidade, o «Povo Global» descobre que a presente crise da política se cruza com os temas fortes da crise da nossa própria civilização. Guerra e neo-liberalismo revelam-se como cara e a coroa do Império - eis o que milhões e milhões de seres humanos estão, nestes dias, a descobrir.

Finalmente, as manifestações do Velho Continente despertaram a cidadania europeia. Os europeus exigem que a Europa, enquanto tal, esteja à altura do desafio norte-americano, que diga "Não". O adversário tem nome e rosto, mas as responsabilidades que se exigem, também. Esta «outra Europa» é europeísta sem ser eurocêntrica. Ela intui um papel para a União que não é o da submissão a Washington ou da imitação dos EUA na projecção externa, mas o do combate por um mundo mais justo e pacífico. Os europeus que decidiram fazer ouvir a sua voz, são um «Povo Constituinte» - é nas ruas que se está a fazer o verdadeiro referendo sobre os destinos da Europa e da União.

### 3.

O Bloco de Esquerda tem sido e vai continuar a ser parte activa deste extraordinário movimento internacional de solidariedades.

O momento que se atravessa não é compreensível sem o notável trabalho desenvolvido nos últimos anos pela imensa rede social e política que se bate por uma globalização alternativa. O «movimento dos movimentos» trouxe pluralidade, democracia, radicalismo e novas gerações para a cidadania, "contaminando", pela mistura e pela novidade, muitas organizações sociais até então remetidas a batalhas defensivas ou aos compromissos com a força avassaladora das ofensivas contra os direitos sociais europeus.

O tempo do defeso terminou. Na Europa, agora sopram os ventos de uma nova polarização. O neo-liberalismo ainda se encontra em fase ofensiva e, conseqüentemente, o movimento social sob posições defensivas. Mas a crise de legitimidade do primeiro é evidente e o segundo está a recuperar a capacidade de iniciativa mais depressa do que se previa.

As causas e aspirações do movimento precisam de subjectividades políticas que lhes dêem sentido e voz nas instituições, que travem a batalha das opiniões e agreguem força eleitoral e de intervenção. Uma visão política para uma Europa empenhada no combate por uma globalização alternativa, mais justa e solidária, é a nossa escolha.

## **Tese 2**

# ***Uma Europa pela Paz, pela democracia e pelo desenvolvimento, é a que rompe com o neo-liberalismo e a guerra***

### **1.**

A Europa institucional encontra-se hoje num impasse sem solução à vista. Nem Paris e Berlim, nem o triângulo Londres/Roma/Madrid, têm força ou projecto capaz de se impor ao conjunto da União. E nenhum compromisso entre as principais potências europeias pode, nas actuais circunstâncias, ser mais do que isso: um acordo de circunstância e sobrevivência incapaz de atacar os problemas que estão na raiz do "impasse europeu". A estratégia de guerra preventiva de Bush e a emergência do «Povo Global» colocam as lideranças europeias ante um quadro político inteiramente novo.

Bem pode a Convenção Europeia ir, paulatinamente, elaborando um texto constitucional europeu. Este tema encontra-se limitado pela evidente fractura aberta no espaço da União pelo unilateralismo norte-americano.

### **2.**

A questão constitucional europeia exige, ainda que sumariamente, uma avaliação do processo de integração, desde o seu início, na década de 50.

Em nossa opinião, tal processo tem sido comandado pelos interesses económicos mais fortes existentes na Europa e em seu benefício primordial. Mas este facto não impediu, enquanto a economia cresceu, um progresso das condições materiais de vida no espaço comunitário. O peso dos sindicatos e dos partidos de origem operária na maioria dos países europeus ocidentais garantiu, durante algumas décadas, que inovação e progresso social, embora a ritmos diferenciados, caminhassem na mesma direcção.

Entretanto, a desaceleração da rendibilidade dos capitais e das taxas de crescimento afectou a credibilidade das políticas keynesianas e deu novo fôlego às soluções liberais, que se começam a generalizar na década de 80. A integração liberal promoveu, desde então, um formidável ataque a valores e conquistas sociais que pareciam adquiridas. O chamado "modelo social europeu", herdado do pós-guerra, foi posto em causa, em nome de uma pretensa superioridade e eficácia do exemplo norte-americano, cujas regras, entretanto, faziam lei nas instituições financeiras internacionais.

Finalmente, os Tratados de Maastricht e a celebração, em 1997, do Pacto de Estabilidade e Crescimento, cristalizaram o monetarismo e a ortodoxia neo-liberal na União Europeia. A consequência principal desta vitória provisória é que, pela primeira vez desde o pós-guerra, inovação e progresso social passaram a divergir. Nos últimos dois anos, a crise económica e a recessão instalaram-se, apesar da consolidação do euro.

O processo de integração tem também beneficiado mais as regiões centrais do Continente do que as suas regiões mais longínquas e economicamente periféricas. Com o alargamento a leste, os riscos desta desigualdade se acentuam, se não se verificar uma profunda alteração nas prioridades e políticas de investimento da União.

As consequências políticas foram pagas principalmente pelos partidos da *Internacional Socialista*. Antigas e novas direitas ganharam eleições na maioria dos países da União. O seu objectivo não é o relançamento das economias, mas o restabelecimento das margens de lucro dos capitais. No pensamento conservador, as variáveis utilizáveis para este desígnio são três: reduzir os custos do Trabalho, comprimir o investimento social e mercadorizar todos os serviços públicos, abrindo uma nova fronteira para os mercados. As direitas sentem-se, finalmente, em condições de assaltar de frente o Estado-Providência. Mas o resultado da partida está longe de adquirido.

### 3.

Tornou-se evidente que no sistema mundial de poder, assente na tríade EUA, Japão e UE, que esta última se transformou no seu elo mais fraco. Nem a cimeira de Nice, que abriu caminho, simultaneamente, ao alargamento a leste e ao reforço de uma lógica mais autoritária e centralista de poder, assente num «directório» das principais potências, pôde escamotear esta realidade. O gigante económico está a gripar e, definitivamente, é um anão político, para parafrasear a frase em voga.

Na tríade, o Japão influencia decisivamente toda as economias asiáticas e é sede de um considerável lote de multinacionais que actuam em escala planetária. Deste arquipélago têm partido grande parte dos avanços tecnológicos e organizacionais que mudaram os processos produtivos desde o fim da segunda grande guerra. Mas o Japão encontra-se numa crise económica prolongada e politicamente é o que menos conta na tríade.

Pelo contrário, o elo forte do sistema de dominação mundial são os Estados Unidos da América. Têm supremacia económica na "velha" e na "nova economia"; na investigação científica e tecnológica; põem e dispõem das reservas de matérias-primas próprias e de terceiros; controlam a informação mundial e, principalmente, são quem, política e militarmente, assegura a ordem do caos em que o planeta se encontra submergido.



Na última década, mais precisamente desde a queda do muro de Berlim, os EUA cavalgaram sobre o vazio aberto a leste e foram, paulatinamente, procurando impor não apenas o seu modelo económico e civilizacional a todo o planeta, como se transformaram no seu guardião militar, repartindo os custos da remilitarização e tomando para si a parte de leão nos benefícios. Em 2003, sob pretexto dos atentados terroristas de 11 de Setembro, a extrema-direita que pouco antes ganhara a Casa Branca, sente-se com força para, finalmente, afirmar o seu poderio dispensando o Direito Internacional e dividindo a União Europeia. Afinal, o que se joga na estratégia de «guerra preventiva» é o poder em escala mundial do Império neo-liberal com sede em Washington.

#### 4.

Nas lideranças europeias estalou o verniz.

Ainda é cedo para se entenderem todas as motivações dos diferentes actores naquela que é, sem dúvida, a mais grave divisão política da Europa desde que, há 60 anos, se iniciou o processo de integração económica e política do velho Continente.

O atlantismo da nova direita reflecte o alinhamento puro e duro com uma ordem mundial dirigida pelos Estados Unidos. A opção atlantista é indissociável de uma adesão plena ao neo-liberalismo na sua versão mais selvagem, reflectindo uma admiração sem limites pela "american way", tal como ela hoje se configura: domínio absoluto do mercado sobre todas as relações sociais e políticas e seu enquadramento por Estados tão máximos nas funções repressivas quanto mínimos no investimento social.

Neste alinhamento, Reino Unido, Itália e Espanha, que não pertencem, historicamente ao motor da União, viram a sua oportunidade de ouro para, acompanhando Bush jr., obterem uma reversão na relação de forças interna ao próprio espaço europeu. O seu projecto, mais do que europeu, é atlântico: trata-se de manter um espaço económico europeu mas, política, militar e culturalmente subordinado a Washington. Ele pode ser mais ou menos federal, mas a substância deste projecto é subsidiária da capital do Império.

Quanto à inusitada firmeza das posições francesa e russa, dizer que nela está presente a disputa dos poços petrolíferos do Iraque contra a sua apropriação pelas companhias de origem estado-unidense, tem seguramente base factual, mas é curto. Estes dois Estados têm uma larga tradição de presença forte nas relações internacionais e não a desejam alienar – resistem, portanto, ao unilateralismo. O mundo da guerra perpétua fala-se a uma só voz e quem não quiser que assim seja, ou fala ou corre o risco de não ser ouvido daqui em diante. Na fractura sobre a regulação mundial, pesam fortemente as razões nacionais destas potências descendentes, aliadas a outras ascendentes, como é o caso da China.

A posição francesa não é, contudo, meramente interesseira ou de afirmação

nacional. A França constitui, em parceria com a Alemanha, o motor histórico da União. Qualquer uma delas sabe que a respectiva força nacional não chega para terem um papel equilibrador do peso norte-americano na cena mundial. A escala mínima em que tal pode ser feito é a de uma União Europeia dotada de políticas autónomas, com força bastante para influenciar todas e cada uma das decisões mundiais, o que está comprometido.

## 5.

Desta avaliação não se deve inferir qualquer subordinação do «movimento dos movimentos» na Europa, em apoio ao eixo Paris/Berlim. Certo, a sua posição é convergente com a dos opositores à guerra e esse facto é importante para a ampliação do movimento. Mas este é o momento em que o «Povo Global» que se manifesta nas cidades europeias, deve traduzir o seu protesto em propostas políticas independentes dos poderes dominantes. Ao fazê-lo, é ele que dá força e sentido a uma Europa empenhada num mundo mais pacífico, democrático e justo.

Interpretando, desde uma posição de esquerda, essa vontade e aspiração, o Bloco defende:

- \* Uma União que afirme as intenções constantes da Carta das Nações Unidas quanto à Guerra e à Paz. A ordem internacional porque se deve bater a União só pode assentar numa segurança colectiva assente na resolução pacífica dos conflitos.

- \* Uma União empenhada num processo de desarmamento multilateral e verificável, a começar nas armas nucleares e de destruição química maciça e continuando pela interdição de fabrico de meios de guerra que a prolongam muito para lá do fim dos conflitos, como é o caso das minas.

- \* Uma União apostada na dissolução dos blocos militares existentes e apoiando, no contexto da solução pacífica dos conflitos, a formação de missões humanitárias decididas no âmbito da ONU, a par da criminalização exemplar por crimes cometidos contra a Humanidade.

- \* Uma União pró-activa na defesa de um Contrato Democrático dos Estados e Povos no desenvolvimento do Direito Internacional.

A alternativa ao poder do Império é a resistência em nome de um «constitucionalismo global» que fundamente em princípios e valores globais e democráticos, os acordos internacionais visando atacar os problemas globais mais urgentes que se colocam, no plano social, ambiental e dos Direitos Humanos, à Humanidade. Assim, para um novo desenvolvimento, o Bloco bate-se por:

- \* Uma União que procure acordos máximos internacionais para a preservação

do ambiente, o combate à poluição e a delapidação dos recursos e energias não renováveis. As conferências do Rio e de Quioto e a gestão em comum dos oceanos devem deixar de ser letra morta, incluindo no Direito Internacional a figura dos crimes contra o ambiente

\* Uma União empenhada na anulação das dívidas externas que estrangulam os orçamentos e as economias dos países do Terceiro Mundo, bem como no fim das políticas proteccionistas e dos offshores. A União deve bater-se nas instituições financeiras contra a desregulamentação dos mercados e a competitividade assente no proteccionismo ou no *dumping* social.

\* Uma União que faça dos programas mundiais de combate à fome e à doença, o sinal de uma mudança em ruptura com o neo-liberalismo, batendo-se pelo seu financiamento por via de uma taxa sobre as transacções internacionais (Taxa Tobin)

Uma nova ordem mundial mais justa e pacífica não é possível sem que o actual sistema de dominação mundial e a sua lógica neo-liberal e militarista seja abalado a partir de um dos elementos da tríade. A Europa só jogará um papel efectivamente relevante na cena internacional, quando fizer a escolha de passar, ela mesma, a favorecer relações económicas e políticas de igualdade, que permitam aos povos e nações do planeta que escolherem os caminhos do desenvolvimento independente e soberano. Essa Europa capaz de uma voz própria e solidária, é a Europa necessária para uma nova ordem mundial.

## 6.

Essa Europa só pode contrariar todas as tentativas de remilitarização das relações internacionais, sejam elas transatlânticas ou internas ao próprio espaço europeu. Ao invés, deve assumir-se como polo de paz, o que implica uma política externa assente num conceito de neutralidade activa.

A neutralidade activa é incompatível com uma política europeia de corrida aos armamentos e de criação de um exército comum, mesmo que em nome das melhores causas. Isso sim, aumentaria significativamente a insegurança mundial e daria argumentos adicionais às administrações de Washington para recusarem aquilo que é mais urgente: a reabertura dos programas de desarmamento multilateral. A segurança colectiva da Europa deve apostar no reforço do direito internacional e não na lógica das armas. Não há, hoje em dia, modo de alcançar o equilíbrio militar aumentando a despesa militar. Esse equilíbrio só pode ser encontrado numa estratégia de desarmamento. Para uma Europa que queira centrar o seu futuro na inovação e no investimento social e educativo, tal escolha seria fatal.

## **Tese 3**

# ***Uma União Europeia refundada é a que é capaz de realizar uma ruptura de alta intensidade democrática***

### **1.**

Essa Europa só pode ser uma União de Povos democraticamente refundada.

Foi na Europa que primeiro se afirmou a ideia de uma democracia onde as massas, através das suas associações e dos partidos, intervissem na política. Esta emergência das multidões na «coisa pública» fez-se no marco de cada Estado Nação e consolidou cidadanias nacionais e identidades colectivas. A construção e a blindagem de um espaço de poder transnacional, sem afirmação simultânea de uma cidadania europeia, está a ter consequências devastadoras sobre o controlo público das escolhas de política e ataca os fundamentos da democracia, tal como a conhecemos.

A urgência de um renascimento democrático da política exige a construção de espaços de cidadania correspondentes ao novo território onde boa parte das escolhas políticas hoje se exercem. Este é o primeiro conflito a resolver sobre a União onde o país se integra. Sem esse contra poder, os poderes de Bruxelas sentir-se-ão cada vez mais libertos para decidirem como muito bem entendam. Sem esse contra poder, a construção europeia dissociar-se-á cada vez mais dos povos e a política que conta para as nossas vidas encontrar-se-á cada vez mais fora de qualquer controlo popular.

A refundação democrática da União só é possível na base do restabelecimento da soberania popular e do seu poder constituinte no que toca a decisões europeias e não exclusivamente nacionais. Batemo-nos, portanto, por uma dupla cidadania e uma dupla soberania.

### **2.**

Infelizmente, o processo político-institucional europeu em vigor, completamente balizado pelo Conselho Europeu e pelo «directório» real das maiores potências, não abre qualquer caminho sério de reforma e democratização da União. Durante uma década, os socialistas detiveram a maioria dos governos nacionais e um peso decisivo na tecno-estrutura da UE. Mas, abdicando dos valores e convicções, perderam a oportunidade.

A alternativa transformadora que se abre é a que assenta no desenvolvimento do conflito social marcado pela emergência dos movimentos sociais e das novas

opiniões públicas no teatro político europeu. É em nome dessa Europa de encargo vasto e fasquia alta – que salvaguarde as liberdades individuais e colectivas para europeus e imigrantes, garanta a efectividade do direito das nações sem Estado à autodeterminação, reforce as conquistas sociais, o emprego com direitos, os serviços públicos, uma mais justa redistribuição do rendimento e aposte na qualificação, na investigação e na criatividade dos povos europeus – que a refundação democrática da União se transformará numa exigência incontornável.

Quando e como ocorrerá, ninguém está em condições de predizer. Sabemos é que uma tal refundação constitui, em si mesmo, a ruptura política de que a União carece para responder, com democracia, à vontade de uma ordem mundial mais justa e aos comprovados impasses do seu próprio processo decisório. Os termos são fortes: não há refundação sem ruptura. Até porque o processo de preparação de uma Constituição europeia tem conduzido a conclusões que reproduzem o modelo autoritário actual, aprofundando-o.

### 3.

A refundação não ocorrerá sem um forte movimento social que a exija. Ele já existe sobre a questão da Guerra e da Paz. «Correndo por fora» das instituições, afirmando-se nas ruas, já as está a colocar perante uma crescente pressão. Paradoxalmente, o evidente impasse e fractura entre governos europeus, apenas reforça, no «Povo Global», a compreensão da importância de uma Europa democrática e pacífica, de uma refundação.

Sem dúvida, a aproximação deste objectivo combinar-se-á com mudanças de sentido em parlamentos nacionais, e até com a eventual dissidência de alguns governos. A ruptura refundacional é processo e consequência. Enquanto processo gerará um arco de alianças políticas e sociais alargadas, não forçosamente coincidentes com as que se realizam em marcos políticos nacionais. Como consequência, responderá a um período sério de crise política no interior das próprias instituições da União. A rapidíssima evolução da situação mundial em contexto de guerra aproxima-nos desse tempo.

### 4.

O Conselho Europeu designou uma Convenção para corrigir os impasses em que se encontra a União após a Cimeira de Nice. Os Estados com maior peso acham insuficiente o reforço do seu poder e consideram o actual processo decisório ineficaz, nomeadamente com o alargamento aos novos países do Leste. Este é o problema que preocupa as principais potências que querem subordinar a União a um «directório». O eixo franco-alemão bem como o grupo Inglaterra/Espanha/Itália coincidem na proposta de colocar uma pedra no rotativismo das presidências da UE.

Para nós, a questão do poder, de saber quem manda, é a questão da

democracia: saber como é possível inverter o crescente alheamento dos cidadãos e garantir decisões representativas para responder aos problemas sociais e ambientais fundamentais.

A solução apresentada até agora é a elaboração de uma Constituição Europeia até 2004. De acordo com os trabalhos da Convenção nomeada, ela cria a figura do Presidente Europeu (como presidente do Conselho) e reforça o «directório» dos estados mais fortes. Insistindo no modelo antidemocrático e centralizado, simula distribuição simbólica de alguns poderes ao Parlamento Europeu e aos parlamentos nacionais. Admite até, suma ironia, um mecanismo de «alarme precoce»: se a maioria dos parlamentos nacionais, treze, discordarem de uma directiva e o formalizarem, a Comissão "repensará".

## 5.

A União refundada porque nos batemos carece, seguramente, de uma carta com valor constitucional. Mas qualquer processo constituinte europeu que não parta do sufrágio dos constituintes está ferido de legitimidade democrática. O Bloco de Esquerda, em oposição ao actual processo de secretaria, defende que as eleições europeias de 2004 deveriam dar origem a um Parlamento Europeu, ele sim, dotado de poderes constituintes, de modo a que as diferentes europas desta Europa se possam travar de razões.

Deve ser essa Constituição, elaborada no Parlamento Europeu, que se deve sujeitar a referendo popular. Qualquer outra solução exige que na onda de referendos populares nos Estados-membros se faça "campanha pelo chumbo". A insubmissão cívica é a via para uma refundação democrática da União.

## 6.

Sem prejuízo desta posição, o Bloco de Esquerda intervirá neste combate político com posições próprias, que procurará sintonizar com outras forças da esquerda europeia.

\* Uma Carta Constitucional da União deve definir com clareza, logo no seu artigo inicial, a opção europeia por uma ordem mundial assente nos Direitos Humanos e que renuncie à força militar como meio de resolver conflitos entre os Estados. Uma campanha europeia com este objectivo é um modo de condicionar os poderes instalados e dificultar o envolvimento europeu no ciclo de guerra em que entrámos.

\* O projecto eurocrata afirma o princípio da igualdade entre os Estados. Contudo, não tira a inevitável consequência: a criação de uma segunda câmara no Parlamento Europeu, onde a regra seja "cada estado, um voto", dotada de competências efectivas no Orçamento da União e nos assuntos militares e de segurança.

\* O projecto eurocrata defende os princípios da subsidiariedade - que à União apenas compete decidir do que não possa ser melhor tratado em escala nacional - e da dupla cidadania, nacional e europeia. Contudo, não tira as consequências políticas desses princípios: a cidadania nacional e a subsidiariedade exigem o aumento dos poderes dos parlamentos de cada país. Os parlamentos nacionais devem salvaguardar o poder de veto excepcional sobre questões do interesse vital das respectivas nações, bem como o direito de separação da União. A cidadania europeia, por sua vez, exige que o novo Parlamento Europeu tenha poderes constituintes e chame a si o poder orçamental, o poder de votar a guerra e a paz, e o de formar e demitir o "governo europeu" responsável perante esse "congresso dos povos".

\* O projecto eurocrata proclama o princípio da harmonização no progresso. Contudo, não vingou a ideia de um preâmbulo à Constituição que situasse os Direitos Fundamentais pelos valores mais avançados das Constituições Nacionais. Um exemplo: a Constituição da República Portuguesa prevê o princípio do pleno emprego. Nas conclusões conhecidas do esboço de trabalho que prepara o Tratado Constitucional, o direito ao emprego fica-se por um genérico "direito a trabalhar" e é abandonado o princípio.

\* O projecto eurocrata reclama-se do princípio da coesão social. Mas a verdade é que ninguém, na tecno-estrutura da União ou nos diferentes governos nacionais, quer ouvir falar em acréscimo significativo do orçamento da União, única forma desta poder funcionar como um redistribuidor de riqueza em contexto de alargamento. E de igual modo, o projecto não diz uma palavra sobre a necessidade de políticas sociais comuns, legislação de trabalho ou serviços públicos em escala europeia.

## **Tese 4**

### ***Uma Europa Democrática é uma Europa participada, de cidadãos e cidadãs***

#### **1.**

A Europa tem sofrido outro defice democrático. A Europa, que se tem construído económica e monetária, que tem dado passos no ambiente e na defesa dos direitos dos consumidores, tem sido incapaz de garantir aos europeus, de uma forma equilibrada, direitos sociais e de cidadania.

A Europa ou é participada, ou não é. A Europa será então um projecto quando

conseguir construir as redes transnacionais de promoção de uma cidadania activa – a partir das autarquias, de ONG's, de associações locais e sociais –,

quando entender o direito social à decisão participada como a base fundamental de qualquer projecto democrático. À Europa das "directivas" deve suceder a Europa das cidadanias. As redes de participação pública serão um instrumento capaz de devolver a democracia à Europa e aos europeus.

## 2.

Os serviços públicos acessíveis são uma condição para a cidadania, sem a qual ela pode não passar de uma abstracção.

O fundamento do serviço público é a necessidade de desmercadorização de determinadas áreas de intervenção ou de protecção social. Nesse sentido, as políticas sociais de previdência ou de bem-estar partiram de uma exigência: tornar acessíveis determinados bens sem que tal dependa do mercado, isto é da capacidade de compra das pessoas. Defendemos serviços públicos essenciais (alguns sistemas financeiros e seguros, energia, água, telecomunicações, audiovisual, transportes, saúde, educação). Em geral, nestes mesmos serviços pode haver actividade privada, mas é indispensável que o sector público regule e determine o acesso e os preços e ainda a qualidade de referência. A Europa deve bater-se pelo direito de cada Estado membro definir o âmbito dos seus serviços públicos, mas deve, igualmente, dar um grande passo na criação de serviços pan-europeus.

Uma cidadania europeia não pode ser a soma de cidadanias. A construção europeia deve basear-se numa dupla cidadania. Ora, se a cidadania exige a noção de serviço público, a cidadania europeia exige a existência de serviços públicos europeus. E inexistência de serviços públicos europeus é, aliás, a base de uma parte razoável da impopularidade crescente do projecto europeu. A União não pode continuar a retirar soberania aos estados sem que ofereça aos seus cidadãos o que, até hoje, cada Estado lhe ofereceu.

Uma Europa democrática é uma Europa que saiba construir uma rede de serviços públicos, garantindo a todos os europeus o acesso aos serviços públicos de todos os Estados membros. Garantindo uma rede de saúde, justiça e segurança social apropriáveis por todos os cidadãos europeus.

Para que tanto seja possível a Europa terá de apostar na convergência, apoiando os serviços públicos mais débeis dos estados mais débeis. Garantido acesso universal aos serviços públicos europeus através de um processo de convergência, estão criadas as condições para a construção de redes europeias de serviços públicos que racionalizem custos e optimizem resultados. Na saúde, na justiça e na segurança social, mas também na energia, na água, nos transportes, nos correios ou nas telecomunicações, a criação de redes exigirá o aparecimento da propriedade pública europeia, de que água pode ser um caso exemplar.



**3.**

A Europa de Shengen vive mal com os imigrantes e recusa-lhes o estatuto de cidadãos, tratando-os como mercadoria descartável.

Com o Tratado de Shengen, a Europa criou uma autêntica fortaleza – de fronteiras internas abertas e fronteiras externas fechadas – adoptando uma política que só fomentou a imigração clandestina. A partir do Conselho Europeu de Sevilha, uma nova filosofia fez depender o direito de residência à existência de um contrato de trabalho. Este novo estatuto escraviza o imigrante e faz com que toda a sua vida familiar e pessoal dependa da sua entidade paternal. A cidadania não pode depender de um contrato de trabalho.

A imigração faz parte da solução e não dos problemas da Europa. Ela pode garantir diversificação cultural da Europa e, ao mesmo tempo, combater o decréscimo e envelhecimento populacional, reforçando a sustentabilidade dos sistemas de segurança social.

Uma Europa solidária e moderna é uma Europa que reconheça a igualdade de direitos e a interculturalidade enquanto fonte de enriquecimento civilizacional. A concretização de uma efectiva política de igualdade de direitos, que passe pelo reconhecimento de plenos direitos sociais e pelo fim da precarização do estatuto do estrangeiro é única forma coerente de combate à desregulamentação laboral, à exploração dos imigrantes como forma de embaratecimento da mão-de-obra e de concretização da efectiva integração dos imigrantes.

Uma Europa solidária é uma Europa que garanta a protecção das vítimas de tráfico de pessoas que lhes dê a possibilidade de recuperar o controlo sobre a sua vida.

Uma Europa solidária é também uma Europa que se assuma como porto de abrigo de asilados políticos, lugar onde os que lutam pela liberdade e pela democracia e que fogem a perseguições étnicas ou religiosas, encontrem a protecção que necessitam. Durante séculos a Europa, vítima de guerras e de perseguições, foi lugar de origem de muitos imigrantes chegados aos novos continentes. Saiba cumprir agora o seu papel histórico e receber aqueles que dela precisam.

**4.**

É impossível falar de cidadania europeia enquanto, em muitos dos estados membros, metade da população continuava viver com menos direitos, salários mais baixos e maiores obrigações sociais. Há um fosso gigantesco entre a Europa do Norte e a Europa do Sul no que aos direitos das mulheres diz respeito. Qualquer convergência de direitos sexuais e reprodutivos, de igualdade no trabalho e na representação política, de protecção dos direitos e da dignidade da mulher, deve ter como modelo os países mais avançados nesta matéria e não o contrário. A União Europeia deve dar o exemplo, garantindo a paridade nos seus órgãos electivos.

Portugal e Irlanda são, em toda a Europa, os únicos países em que não é dada à mulher o direito de optar por uma maternidade livre e responsável. Os direitos sexuais e reprodutivos, por via da criminalização do aborto, estão assim fortemente limitados. Com o alargamento da União Europeia não apenas estes direitos, mas as garantias mínimas de igualdade de género, poderão vir a ficar ameaçadas. A entrada de Malta – com limitações graves ao direito ao divórcio – e a possibilidade de alargamento à Turquia, poderão levantar novos problemas. Critérios de respeito pelos direitos das mulheres e pela sua liberdade sexual têm de estar presentes nas relações da União com os estados membros.

Em muitos países da Europa cresce o fenómeno da maternidade adolescente sem que os Estados pareçam fazer mais do que um discurso moralista sobre a sexualidade. A Europa, no seu conjunto, deve promover a contracepção, a informação e a sexualidade livre e responsável.

## ***Tese 5***

### ***A política económica para o pleno emprego tem de superar o garrote do Pacto de Estabilidade e Crescimento***

#### **1.**

Outro conflito que atravessa o processo de integração é o que decorre da contradição entre as políticas monetárias, económicas e uniformizadoras de Bruxelas e as conquistas sociais em marco nacional. O instrumento mais brutal para regular este conflito, em contexto de crise económica, é o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Ao impor a política de défice zero nas contas públicas a cada Estado membro, ele sobredeterminou todas as escolhas nacionais, atacando a fundo as despesas sociais que davam expressão às políticas de bem-estar herdadas do pós-guerra, e pelo qual gerações e gerações de trabalhadores se têm vindo a bater.

O objectivo do pleno emprego, o trabalho com direitos, uma segurança social pública, universal e de solidariedade entre gerações e serviços de qualidade não mercantilizados estão hoje em causa. O Pacto de Estabilidade e Crescimento não é apenas o garrote que impede a retoma económica dos países e da União no seu conjunto. É um instrumento político para alterar radicalmente aquisições e valores sociais que deram alguma especificidade ao desenvolvimento capitalista da Europa ocidental no pós-guerra.

O Pacto não previu, além do mais, a recessão anunciada. Não foi pensado para tal eventualidade. Ainda há dois anos, o triunfalismo eurocrata anunciava que a economia baseada no conhecimento deveria fazer da UE a região economicamente mais competitiva em 2010. Hoje rondamos o crescimento nulo...

## 2.

Boa parte do crescimento anterior assentava na especulação financeira. Sucede que agora a UE não pode esperar por um estímulo externo para compensar a contracção da procura interna: com a recessão nos EUA e no Japão, há mesmo um perigo real de espiral deflacionária, com a consequente explosão do desemprego. Apesar disso, as autoridades europeias insistem na expectativa da recuperação a curto prazo: enganam-se e a complacência com os erros só produz o agravamento da incerteza.

Tanto a França como a Alemanha aumentam a despesa pública apesar dos efeitos no défice. Ou seja, rejeitaram *de facto* o Pacto, mas não houve reconsideração da sua base teórica: a insistência no dogmatismo é escandalosa. Uma nova oportunidade de anulação do Pacto com a decisão do alargamento a Leste existia, mas ela foi perdida. Pior ainda, todos os novos membros estão sujeitos ao mesmo tipo de disciplina, o que lhes veda a aproximação em convergência real aos países mais desenvolvidos.

## 3.

Só é possível travar hoje o combate por uma economia solidária e assente em direitos sociais, laborais e ambientais, derrotando o Pacto, libertando o investimento público pan-europeu do «défice zero» e alterando em profundidade a estrutura das receitas e a afectação das despesas da União Europeia. Daí propormos:

✱ **Um Acordo para o Crescimento do Emprego.** O desenvolvimento das políticas económicas em escala europeia exige coordenação monetária e autonomia fiscal. Quanto à coordenação monetária, é forçoso que o Programa de Estabilidade e Crescimento seja substituído por critérios que, embora zelando por défices orçamentais controlados, não convertam a baixa inflação e a estabilidade dos preços em único objectivo a atingir. A eliminação do Pacto deve dar lugar a um Acordo para o Crescimento do Emprego onde a supervisão dos défices exclua do seu cálculo o investimento público. Só desse modo os países menos desenvolvidos podem aumentar as suas taxas de crescimento acima da média europeia, promovendo a convergência real, e responderem ao quadro de crise. A objecção dos neoliberais e monetaristas a esta espécie de *New Deal* nada tem a ver com a consolidação da moeda única, mas com o projecto de Estados sem

défice nem dívida, para que o mercado absorva todos os recursos de crédito. É o corolário na política monetária da política de privatizações e de "menos Estado".

✱ **Emprego entre os objectivos do BCE.** Este Acordo para o Crescimento do Emprego impõe igualmente novos objectivos para o Banco Central Europeu. Uma coisa é a autonomia de gestão, outra, uma gestão à revelia das orientações gerais da política económica e monetária, que devem ser aprovadas pelo Parlamento Europeu e pela Comissão, os dois órgãos a quem deveria competir a nomeação dos administradores do Banco e a fiscalização do cumprimento dos objectivos.

✱ **Reforço do Orçamento comunitário até 5% do PIB europeu.** Sustentamos que a retoma do crescimento, a aposta em projectos de serviços públicos pan-europeus geradores de emprego e qualificadores do desenvolvimento, a correcção das assimetrias regionais em contexto de alargamento e a definição de mínimos sociais para o rendimento mínimo pessoal, a qualidade da prestação de cuidados de saúde e para as pensões de reforma, exigem um orçamento comunitário bem mais substancial do que o actual e com uma diversa afectação das despesas. Chegar, ainda esta década, a um orçamento comunitário na ordem dos 5 por cento do PIB europeu, é um horizonte que viabiliza a nova política económica que defendemos para uma Europa refundada. Este objectivo é possível conjugando a emissão de títulos de dívida pública europeia pelo Banco Europeu de Investimentos, com uma nova fiscalidade europeia.

✱ **Nova Política Fiscal Europeia.** A autonomia fiscal dos Estados-membros é indispensável para garantir um duplo objectivo: que a flexibilidade fiscal corresponda à política orçamental proposta e que o esforço fiscal se coadune com as especificidades nacionais do crescimento e o nível necessário de políticas sociais. Contudo, a autonomia fiscal em cada país não deve impedir uma política de fiscalidade europeia que aproxime os impostos sobre poupanças e capitais na União. A União deve igualmente manter regras claras de informação contra branqueamento e a evasão fiscal e promover o fim dos *off-shores* europeus. A condução destes processos deve recair naturalmente nos parlamentos e governos nacionais e na Comissão. Entre as medidas susceptíveis de serem aplicadas em escala europeia, colocamos em debate público as seguintes: a criação de um Imposto europeu sobre os consumos de energia não renováveis; 1% de imposto em todas as vendas secundárias de acções, títulos, derivados, com isenção na primeira compra; diminuição da concorrência fiscal, harmonizando impostos directos sobre empresas e transacções cambiais, na base da informação de todas as transacções transfronteiriças de capitais; instituição da taxa Tobin sobre

transacções cambiais; e criação de um imposto indirecto europeu – 1% do IVA actualmente deduzido.

\* **Nova PAC associada ao rendimento e ocupação do território.** Hoje, a Política Agrícola Comum (PAC) absorve quase metade do orçamento europeu, beneficiando quase exclusivamente os países mais ricos e, dentro deles, as grandes empresas agro-alimentares. O peso nacional específico do sector agrícola nas maiores potências europeias tem definido as grandes opções da União nesta matéria. Os apoios à agricultura – seja através dos subsídios, seja através de protecção aduaneira –, tal como estão concebidos, fazem dumping comercial, destroem a agricultura dos países pobres dentro e fora da Europa. Como exemplo, Portugal recebe 1,4% do FEOGA Garantia, enquanto o volume de trabalho que a agricultura ocupa é de 8%, a superfície agrícola utilizada é de 3% e a participação no produto agrícola da União de 2,3%. Não esquecendo que os agricultores portugueses são os que menor rendimento têm na União. Entre os países com menores apoios encontram-se a Espanha, a Itália, a Grécia e Portugal, ou seja, os países em que os problemas sociais relativos às restrições na produção são maiores. A União Europeia tem que ter a coragem de rever os seus tabus nesta matéria, não tanto reduzindo substancialmente a fatia orçamental associada à PAC mas, antes de tudo, revendo os critérios para a distribuição de fundos. Em Portugal, os grandes agricultores do Alentejo ficam com mais de 40% dos subsídios à agricultura, são dos que menos postos de trabalho criam e pouco têm contribuído para o desenvolvimento da região. Pelo contrário, os produtos fundamentais para a economia e para a vida rural portuguesa apresentam carências fortíssimas de apoio. Uma Política Agrícola Comum justa tem de dissociar os apoios da produção, passando a associar os apoios aos rendimentos dos agricultores, à criação de emprego, à defesa do ambiente, à qualidade e à ocupação do território, tendo como critérios factores sociais, ambientais, de desenvolvimento sustentado, de ordenamento do território e de exploração racional e coordenada dos recursos naturais europeus.

\* **Fundo Europeu de Estabilização do Emprego.** Tendo como pano de fundo um acordo de política monetária e fiscal e a alteração das regras financeiras da União, deve ser criado um Fundo Europeu de Estabilização e Emprego, que funcione como estabilizador automático perante a crise, e que possa vir a chegar a 1% do PIB europeu. Este Fundo deve acorrer a zonas em crise e reconversão industrial, apoiando situações de emergência e apostando decididamente na renovação dos tecidos económicos e na inovação geradora de emprego qualificante.

\* **Criação de redes europeias de transportes.** O desenvolvimento regional

da Europa está associado à criação de redes europeias de transportes, não se limitando estas ao somatório das diferentes dimensões nacionais. As redes rodoviárias, mas sobretudo as redes ferroviárias estruturantes, devem ser definidas em escala europeia, substituindo-se os processos negociais bilaterais pelo planeamento pan-europeu, de modo a proteger os países periféricos mais pobres.

Mas esse planeamento deve estar sujeito ao princípio da subsidiariedade na definição, em concreto, dos nós preferenciais e das ligações às redes europeias de transporte, em função do desenvolvimento económico e social equilibrado de cada região e país. No caso português, as questões mais relevantes surgem no âmbito dos transportes ferroviário, aéreo e marítimo, ao nível da construção de infra-estruturas e das medidas para uma política de transportes sustentável.

No modo ferroviário, a nova rede de transporte deve garantir as indispensáveis ligações europeias em alta velocidade, mas sobretudo, deve permitir o reforço das ligações ferroviárias internas e internacionais, segundo bons padrões de qualidade e de acessibilidade regional. Por razões de escala do nosso país e mesmo de capacidade de financiamento própria, as escolhas nacionais têm de ser justificadas à luz dum processo de planeamento estratégico, e não determinadas por interesses externos ou, em sentido contrário, por interesses regionalistas. Por isso, sabendo-se do enorme esforço de investimento que obriga a construção e funcionamento duma linha de alta velocidade, e das características exclusivas a que a sua exploração obriga, esse investimento tem de ser compaginado com a implantação duma rede ferroviária de velocidade elevada para passageiros e mercadorias (tipo comboios pendulares), admitindo-se, então, a possibilidade duma, no máximo, duas linhas internacionais em alta velocidade, em relação com as duas áreas metropolitanas (Lisboa e Porto).

No modo aéreo, a liberalização do transporte aéreo tem conduzido à falência de várias companhias de transporte e à privatização de muitas outras, pondo em risco a manutenção das rotas que sirvam o interesse público e não apenas interesses privados. É por isso inteiramente válida uma orientação estratégica que assegure o controlo nacional de, pelo menos, uma companhia aérea, funcionando como companhia de bandeira.

A aviação civil desenvolveu-se nos últimos 50 anos segundo os princípios da soberania e da reciprocidade. Esses princípios, ajudaram, em geral, grandes e pequenos países a participarem, em igualdade, no crescimento do transporte aéreo, e também a funcionar como uma barreira ao florescimento das "bandeiras de conveniência", à imagem do que prolifera hoje no transporte marítimo.

Por isso, sustenta-se que o interesse público prevaleça sobre o processo de privatização da TAP, o que significa que o Estado não deve abrir mão da capacidade de controlo sobre as decisões estratégicas do desenvolvimento da empresa e da sua gestão.

O mesmo se pode dizer acerca da criação dum céu único europeu. Rejeita-se

esse conceito porque ele se insere num processo progressivo de perda da capacidade de autonomia nacional no controlo dum recurso estratégico fundamental a nível nacional, como é o seu espaço aéreo.

No modo marítimo, o Bloco de Esquerda bate-se por uma maior regulamentação e vigilância sobre a actividade do transporte marítimo, sobretudo de longa distância. O reforço das garantias de segurança deve conduzir à proibição da circulação de navios de casco simples no transporte de mercadorias a granel (sólidas e líquidas) e à extensão do conceito de redes transeuropeias para implantação dum sistema europeu de controlo do tráfego marítimo (sistema VST) em toda a orla marítima europeia. No mesmo sentido, se defende o reforço das condições de segurança e dos direitos de quem trabalha por parte de todos os navios que toquem em portos europeus, impondo requisitos de operabilidade a todos os navios, que tendam à eliminação das vantagens associadas às bandeiras de conveniência e, no longo prazo, dos próprios "navios off-shore".

## ***Tese 6***

### ***A Europa refém do Prestige tarda na eco-mudança***

#### **1.**

Nos nossos dias é dada como adquirida a urgência de uma mudança ética e política profunda no conceito de progresso e desenvolvimento. É hoje largamente maioritária a opinião de que temos responsabilidades perante as gerações futuras e o meio natural. Continuar a transgredir com as leis que regem os processos geomorfológicos, climáticos e ambientais, corresponde a gerar consequências directas e indirectas sobre o conjunto do planeta, a hipotecar a prazo a qualidade de vida das populações no plano da saúde, da economia e das relações sociais e finalmente, a agravar o fosso entre os países ricos e pobres do planeta.

Os últimos anos foram marcados por processos convergentes, ao nível de uma transformação cultural nas concepções sobre políticas ambientais, procedentes por um lado dos progressos introduzidos pela Agenda 21 de 1992 e pelo Protocolo de Quioto e, por outro, pela constatação dos prejuízos sociais e económicos derivados dos acidentes ambientais que o planeta em geral e a Europa em particular têm vindo a sofrer – alterações climatéricas traduzidas em cheias destruidoras por toda a Europa central e acidentes dramáticos como o do Prestige na costa na Galiza.

Contudo, continua a existir uma contradição profunda entre o enunciado das directivas e recomendações comunitárias e a sua execução por parte dos Estados-

membros. A lei europeia peca por falta de conjugação entre as vertentes que são estrategicamente mais importantes – energia, recursos hídricos, transportes, produção agrícola; por uma excessiva permissividade legal; por produzir poucos incentivos à implementação de medidas urgentes; e por insuficientes penalizações ao crime contra a natureza.

A realidade na Europa continua a ser, apesar de tudo, a de despejos de efluentes de forma incontrolada, abuso de fertilizantes e pesticidas na agricultura, actividade pecuária intensiva, permissividade na circulação marítima de cargueiros, abusiva exploração dos caudais dos rios para produção de electricidade, excesso de combustão de combustíveis fósseis, desperdício e má gestão de recursos naturais preciosos.

## 2.

A promoção de um desenvolvimento harmonioso e sustentado da Europa, e do mundo, só é possível se ao quadro actual contrapusermos uma lógica diversa assente na regulação ambiental e económica, na percepção de que uma gestão sustentável tem que ser integrada numa perspectiva transnacional, de que poupança e eficiência não bastam para resolver o problema em toda a sua amplitude, é preciso ordenar o desenvolvimento, promover activamente as alternativas limpas e seguras, banir comportamentos de risco e punir infractores. Daí ser prioritário agir em alguns domínios:

✱ **Energia.** A Europa deve coordenar, ao nível do espaço Europeu, a exploração dos seus recursos energéticos, garantindo equidade na sua distribuição e utilização, e conjugando uma política de redução e racionalização de consumo com uma política de promoção de fontes de energia renováveis em toda a UE, não só no sentido de cumprir os compromissos decorrentes do protocolo de Quioto, mas também no sentido de reforçar o desenvolvimento das regiões periféricas. Não bastando à União dirigir recomendações aos Estados-membros, deve:

1. Proceder à regulação da produção e distribuição de energia; definir metas na redução do consumo de energias poluentes tendo em vista acelerar o cumprimento da redução de emissão de gases poluentes; penalizar o incumprimento dessas metas através do Imposto Europeu Sobre o Consumo de Energia.

2. Assegurar o financiamento comunitário a programas nacionais de implementação de energias renováveis em coordenação com os programas do âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

3. Fomentar a cooperação entre Estados-membros ao nível da investigação técnica e científica tendo em vista a melhor rentabilização de fontes de energia limpas, recorrendo á promoção dos recursos naturais próprios de cada Estado-membro.



4. Combater a demagogia em torno do regresso às centrais nucleares, como alternativa às emissões de CO<sub>2</sub>, pelos perigos que conhecemos dos acidentes repetidos, pela escala da propagação que provocam, pela insuportável ameaça dos resíduos nucleares, que se prolonga por milhares de anos.

\* **Água.** Desde a aprovação da Carta Europeia da Água de 1968, até à Directiva Quadro no domínio da Política da Água de Dezembro de 2000, a Europa tem vindo a enunciar um percurso no sentido de uma nova cultura hidrológica que procura promover modelos de gestão integrada no território de cada bacia hidrológica. Contudo, existe uma distância significativa entre estes enunciados e o seu cumprimento, por parte dos Estados-membros. Hoje, continuam a impor-se padrões de uso e de consumo baseados na rentabilização dos recursos nacionais, seja qual for o preço ambiental a pagar por eles.

1. A União Europeia deve desenvolver uma estratégia de equilíbrio, combater tentações de hegemonização política de uns Estados sobre outros, e promover uma percepção de unidade territorial que permita uma gestão sustentável referenciando-se à funcionalidade dos ecossistemas aquáticos na relação entre aquíferos, bacias fluviais, suas margens e costas marítimas.

2. Mostra-se urgente a inventariação das bacias hidrográficas europeias, com identificação de rios selvagens de valor paisagístico e definição de níveis de caudais adequados às condições de clima de cada região, tendo em vista a preservação da funcionalidade ecossistémica e a necessidade de gerar incentivos para que os Estados-membros procedam a alterações de práticas.

3. Depois de anos de apoio à implementação de depuradoras urbanas, o incentivo comunitário deve dar o passo seguinte e situar-se ao nível do incentivo à reutilização de efluentes reciclados, em substituição dos fornecimentos actuais para usos industriais, urbanos e agrícolas.

A urgência de persuadir os estados-membros a cumprir as directivas Europeias sobre qualidade da água devia traduzir-se em penalizações sobre incumprimento de prazos de implementação dos programas.

## Tese 7

# ***Uma Europa educativa e culturalmente ambiciosa***

### **1.**

A governação conservadora continua a apostar na descapitalização humana como vantagem comparativa, chegando mesmo, por intermédio do Primeiro-ministro, a utilizar tal facto (traduzido em precariedade, baixos salários, trabalho clandestino...) como instrumento de *marketing* para atrair o investimento estrangeiro... Ora, o processo de convergência real terá de incidir, por parte de Portugal, no trinómio educação/ciência/cultura, cimentado por processos de inovação e de qualificação. Importa, aliás, reivindicar que, em vez da sacralização dos mecanismos ortodoxos de aumento da produtividade, assentes no mercado como absoluto social, a pedra de toque da qualificação reside num novo conceito de competitividade socialmente orientado por lógicas cooperativas e participativas de organização do trabalho, só possíveis com a alteração do padrão tradicional de especialização e com a democratização do acesso à educação (formal, informal e não-formal) e à utilização crítica de novas tecnologias da informação e da comunicação.

### **2.**

É extraordinariamente relevante, pela negativa, o facto de 78% da população activa portuguesa ter, no máximo, em finais da década de 90, apenas o ensino básico, contra – espécie de pirâmide invertida – um valor médio que indica que 60% da população activa da União Europeia possui pelo menos o ensino secundário. Se, desde a década de 70, os progressos na escolaridade têm sido muito significativos, não é menos verdade que se revelam insuficientes, repercutindo-se penosamente na matriz de qualificação da população activa.

### **3.**

Assim, a qualificação, em sentido amplo (escolar, cultural, cognitivo), é o principal antídoto contra o espírito de "normalidade da crise" que nos querem impor (instigando, pelo contrário, a "crise da normalidade"): o trabalho precário, a subcontratação, a deslocalização da economia de anonimato, a intermitência, o trabalho temporário, etc. Portugal e a Europa precisam, por isso, de ser pioneiros na inovação organizacional democraticamente orientada, em especial no mundo das empresas - a cidadania não deve ficar à sua porta e a qualificação é a base da cidadania.

**4.**

Para a concretização de tais objectivos, urge estimular a criação de um espaço europeu de divulgação científica e tecnológica e de incentivos ao registo de novas patentes, bem como à contratação de investigadores por parte das empresas. O processo de Bolonha, é, a este respeito, ambivalente. Ao centrar-se na convergência dos planos de estudo favorece, por um lado, a mobilidade de alunos e professores mas, por outro, impõe arbitrariamente uniformizações e padrões nos conteúdos lectivos e na própria relação pedagógica, favorecendo as grandes indústrias de conteúdos e a transformação do ensino numa mercadoria (como de resto já propõe a World Trade Organization), para além de fomentar uma gigantesca teia burocrática e centralizadora. A diversidade e autonomia relativa dos sistemas de ensino europeus, e, em particular, das próprias instituições de ensino, sem desprezar a importância do estabelecimento de mecanismos de intercâmbio a diversos níveis afigura-se como um obstáculo salutar face à banalização do *fast food* educativo.

**5.**

Os anteriores pressupostos exigem (a par de esforços de planeamento e optimização de recursos) uma continuação do aumento do investimento público nos diversos níveis de ensino. Ao contrário de redutoras visões imediatistas e economicistas, importa assegurar a possibilidade de formação de nível superior a todos os que terminem o ensino secundário. Para tal, não podemos, apenas, manter a despesa pública no Ensino Superior ao nível da média da União Europeia (cerca de 1% do PIB). Dado o atraso ancestral de que partimos, urge aumentar o esforço de financiamento público, contestando o dogma do Programa de Estabilidade e Crescimento que obriga a um crescimento nominal nulo das transferências para o Ensino Superior Público. A verificar-se esta miopia, a qualificação das novas gerações ver-se-á perigosamente ameaçada.

**6.**

Portugal deve, nas instâncias europeias, defender a excepcionalidade dos bens culturais e simbólicos e o exercício da cultura como serviço público, garante do direito à livre expressão da diversidade, em particular nas suas modalidades menos mercantilizadas, numa óptica de "mercado assistido". Além do mais, o esforço de democratização cultural (lógica "descendente" que visa o acesso de todos às obras da «cultura cultivada») complementa-se com as estratégias de democracia cultural (lógica "ascendente" que garante o respeito antropológico por todas as formas de expressão cultural, das mais populares às mais eruditas).

**7.**

Em direcção ao cosmopolitismo (em que cada cidadão usufrui do direito de se

mover livremente na diversidade social, cultural e linguística), o nosso país deve potenciar, nas instituições de ensino e em todos os serviços públicos, o respeito pela multiculturalidade e pelo multilinguismo que advém da responsabilidade histórica de sermos, desde os Censos de 2001, um país em que o acolhimento de imigrantes suplanta claramente a saída de emigrantes. Mais do que um somatório ou mosaico de diferenças, devemos explorar as vantagens que resultam da interacção entre culturas e modos de vida distintos, no quadro do respeito pelos Direitos Humanos.

## ***Tese 8***

### ***A transformação social de Portugal far-se-á em marco europeu. Juntar as forças de esquerda europeia de alternativa é uma condição dessa mudança***

#### **1.**

No ano em que o Bloco de Esquerda nasceu, em 1999, ele definiu-se como «europeísta de esquerda». Ao fazê-lo, afirmava-se a vontade de um caminho bem distinto das duas posições até então dominantes na opinião pública portuguesa: a «integracionista», que identificava a União com modernização do país e pertença ao "clube dos ricos"; e a «rejeicionista», que criticando com acerto o défice democrático da União, defendia, acima de tudo, o Estado-nação como único território das escolhas políticas e económicas.

Grosso modo, a primeira posição correspondia às forças que se reconheciam no centro e na direita do espectro político nacional. Com a entrada de Portugal no Euro, ela reforçou-se com a adesão do PP, que abdicou do seu anterior discurso nacionalista de circunstância. Neste arco encontram-se federalistas e nacionalistas envergonhados de vários matizes. O seu lugar de acordo não é uma ideia de Europa ou um projecto nacional para essa escala de integração. O que os une é a ordem das coisas tal qual estão ou como vierem a estar desde que os fundos financiem os seus diferentes interesses no país. O «integracionismo» nacional é acríptico e interesseiro. E não raro, novo-rico e provinciano.

#### **2.**

O «rejeicionismo» expressou-se principalmente à esquerda. Em nome do

combate às políticas neo-liberais que a integração implicava, resistiu à adesão à CEE e só não propôs o abandono da União porque tal proposta não tinha base popular de suporte. O problema principal que esta posição não resolvia, nem resolve, é o da pluralidade e diferente escala dos territórios de luta social e política.

Não é mais possível opor a políticas desenhadas em escala transnacional uma resistência puramente nacional. E não é mais possível resistir, num contexto de integração, sem horizonte programático para a transformação social em escala europeia. Por estas razões, o «rejeicionismo» acabou por ser rebocado pela lógica dominante: sem proposta estratégica, vem centrando a sua «política europeia» na reivindicação de mais fundos e na recusa de quaisquer novos passos na integração.

Com a nova polarização mundial em torno da Guerra e da Paz e as extraordinárias manifestações deste ano, o «rejeicionismo» confronta-se ainda com uma importantíssima novidade: a escala pan-europeia revela-se, para a esquerda e os movimentos sociais, como o território onde as escolhas se apresentam como decisivas e onde a mobilização e unidade de acção encontra forças para condicionar as políticas realizadas em escala nacional, alterando regras e jogos de cálculo de poderes que pareciam "eternos" e inamovíveis.

### 3.

A UE não é apenas um espaço de regulação internacional. Na realidade, ela é o lugar onde se concentra parte substancial do poder político que decide, entre outros, sobre o nosso país. Mesmo que em Portugal se viesse a formar uma alternativa de esquerda com apoio popular maioritário, as margens de manobra desse governo seriam extraordinariamente restritas com as actuais políticas europeias e o marco institucional não democrático onde elas se decidem. Por outras palavras, a transformação social em Portugal carece de alterações profundas no poder político europeu. As propostas que desenvolvemos ao longo destas teses assumem plenamente esta apreciação.

Em contexto de integração, nenhum poder político nacional se encontra, de per si, em condições de provocar tais alterações. A possibilidade que mais se aproximou desta hipótese teve o seu tempo e falhou. Recorde-se que Leonel Jospin, mal formou o governo da "esquerda plural", e a poucos dias da cimeira de Amesterdão, avançou a objecção da França ao caminho que viria a ser seguido. Mas acabou por sair da Holanda como subscritor do Tratado.

### 4.

«Europeístas de esquerda» e rompendo com o peso da tradição nacionalista na esquerda portuguesa, já em 1999, havíamos falado em «processo de refundação democrática e social em escala europeia». A intuição revelou-se, nos

seus contornos gerais, acertada. A perspectiva de um combate político em escala pan-europeia, para uma inflexão profunda nos conteúdos e nas políticas do processo de integração, ganha hoje argumentos poderosos.

A defesa de um projecto europeu, democrático, social e pacífico, só está, no actual ciclo político, em condições de ser feito à esquerda. Se as «novas» e «velhas» direitas, hoje maioritárias nos governos nacionais, se consolidarem no poder político, pouco sobrá do que fez a especificidade económica e social do modelo europeu ocidental. Se as «novas» e «velhas» direitas se consolidarem, as políticas da administração norte-americana em escala mundial contaminarão ainda mais as escolhas da União e dos Estados nacionais. Nem o seu maior sucesso, a criação de um mercado interno poderoso, se pode, a prazo, aguentar. E muito menos os tecidos económicos nacionais dos países mais periféricos da União.

## 5.

Os partidos socialistas e social-democratas europeus, ligados à *Internacional Socialista*, encontram-se prisioneiros de um passado que conduziu aos actuais impasses e, manifestamente, continuam a não ter qualquer estratégia autónoma em face do rumo que a União vem seguindo. As vozes críticas que nesta área hoje se elevam contra as linhas oficiais são importantes mas não provocam, de momento, realinhamentos políticos visíveis.

Por outro lado, o defensismo e o imobilismo continuam a caracterizar a política europeia do Partido Comunista Português.

Do mesmo modo, o Bloco de Esquerda acompanha com atenção e simpatia a corrente de opinião que nas esquerdas europeias de alternativa sustenta a necessidade de «um novo sujeito político europeu», que dê expressão política e institucional europeia aos objectivos e às dinâmicas sociais que estão a emergir em nome da convicção de que «um outro mundo é possível».

Este "novo sujeito político" que se perfila no horizonte não deve ser, em nossa opinião, um partido político transnacional, mais ou menos convencional, nem uma mera coligação para puros efeitos eleitorais. Pode e deve ser uma aliança de forças de esquerda alternativa com activistas sociais e cidadãos que se reconheçam numa plataforma eleitoral que interprete, nas instituições europeias, as propostas que o «movimento dos movimentos» vem introduzindo na agenda política global e a perspectiva de uma política socialista contra a crise.

## 6.

Se a recusa do neo-liberalismo e da escalada da guerra e do terror, são as discriminantes desta plataforma comum, a assumpção de um projecto para a Europa situa um novo horizonte para os projectos de transformação e emancipação em quadro nacional. A afirmação autónoma e pan-europeia de um pólo plural que se reclame da democracia e do cosmopolitismo, da alternativa do

socialismo, da ecologia política e portador de uma ideia de refundação da Europa, é um passo que estamos na disposição de dar com quantos e quantas, noutros países da Europa, comungam das mesmas preocupações e esperanças.

Chegou o tempo de agarrarmos o nosso tempo.

**Transformar a paisagem europeia, até hoje comandada pelas elites económicas e financeiras e devolvê-la aos povos e a uma cidadania sem fronteiras, é o nosso projecto.**

**Porque queremos uma Europa virada para um mundo mais justo; porque queremos uma Europa que integre sem excluir; e porque queremos, na esquerda portuguesa, superar os atavismos que a amarram, dotando-a de novos horizontes e combates.**

# *Contributos de aderentes*





## ***Preâmbulo político***

Desde a sua fundação o BE tem-se afirmado na vida política portuguesa como o elemento distinto, inovador, corajoso, que se tem proposto transformar este rotativismo político, (com alguma analogia ao rotativismo de fins do século XIX), numa possibilidade real de mudança do quotidiano político, social, sindical e cultural que se tem manifestado na real intervenção dos seus activistas e dirigentes aos mais diversos níveis da sociedade portuguesa.

Colocando-se sempre à esquerda das esquerdas, que é o seu espaço político próprio, por excelência, tem sido, por isso mesmo, um pólo atractivo para imensos cidadãos e cidadãs, preocupad@s com uma falta de verdadeira alternativa política à direita conservadora, reaccionária e ultramontana e a uma esquerda capituladora e conciliadora com este neo-liberalismo de características selvagens que tem vindo a ser implantado à economia mundial (e à nossa), por imposição da única potência nuclear com apetência para a hegemonia mundial, os E.E.U.U.A..

Batalhas importantes neste panorama a que o BE deu batalha, devem-se destacar: as denúncias dos Orçamentos de Estado dos governos do PS, a defesa da descriminalização da toxicodependência, a defesa da Segurança Social contra as ofensivas governamentais, a defesa da taxaço das mais valias bolsistas e o fim do segredo bancário, e outras poderiam ser lembradas...que se revelou a linha divisória para a mobilização, contra a outra esquerda conformista e capituladora perante o sistema.

O BE deve continuar nesta senda da luta pela defesa dos direitos sociais, políticos e económicos em primeiro lugar dos mais desfavorecidos e em geral de todo o movimento social e fazer disso a sua divisa. O partido das causas justas e progressistas que não tem medo das palavras nem da frontalidade.

É necessária, no entanto, um reforço centralizador da actividade do BE no mundo do trabalho, pois é aí que o crescimento deverá ser mais impulsionado, intervindo sindical e politicamente na defesa de questões como os precários, os desempregados, a luta contra os contratos a prazo e os congelamentos salariais, por aumentos justos, pelo direito à contratação colectiva, a driscricionaridade das leis laborais os baixos salários as péssimas condições de trabalho, contra os falsos recibos verdes, pelos direitos iguais para os imigrantes, pelo direito à maternidade e à paternidade, tudo isto sem se descurar intervenções importantes como a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, a reforma fiscal, e a toxicodependência.

Há que criar núcleos por empresa coordenados nacionalmente entre si para troca de informações e experiências.

No plano internacional, devemos posicionar-nos no campo da anti-globalização capitalista e anti-imperialista e caracterizar a ONU como um instrumento com as contradições próprias entre as várias burguesias mundiais e o imperialismo norte-americano, e daí tirar as devidas conclusões. Devemos defender o direito democrático dos povos à independência e a constituir organizações políticas legais que os representem, (como o Herri-Batasuna – onde o BE não denunciou a sua ilegalização pelo estado colonial espanhol, e devê-lo-ia ter feito).

Sigamos pois em frente na construção de uma grande alternativa de esquerda que não capitule nem concilie com o sistema capitalista. Pela construção de uma alternativa de luta consequente por um mundo novo; sem exploração e sem discriminação, pela libertação dos povos do jugo imperialista e da sua ameaça nuclear.

Pela paz e progresso para a humanidade.

Pela construção de uma sociedade igualitária e fraterna, que só será exequível num regime democrático e socialista, gerida por organismos de poder popular.

## ***Proposta de alteração aos estatutos***

### **ALTERAÇÃO AO ART. 5º PONTO 2 DOS ESTATUTOS, QUE PASSARIA A TER A SEGUINTE REDACÇÃO:**

"2 – Eleger e ser eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento, bem como – de acordo com o regulamento de cada convenção nacional – propor e votar os aderentes delegados à dita convenção".

### **ALTERAÇÃO DO ART. 7º PONTO 1 DOS ESTATUTOS, QUE PASSARIA A SER REDIGIDO COMO SEGUE:**

"1 – A convenção nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelos aderentes que para ela foram eleitos nos termos do regulamento da convenção, cuja elaboração é da responsabilidade da mesa nacional, que tem de sujeitar o respectivo projecto à apreciação de todos os órgãos por um período que não poderá ser inferior a um mês".

### **ALTERAÇÃO DO ART. 8º PONTO 4 DOS ESTATUTOS, QUE PASSARIA A TER A SEGUINTE REDACÇÃO:**

"4 – É atribuição exclusiva da mesa nacional a definição do valor mínimo da

contribuição anual a pagar por todos os aderentes, sendo que qualquer alteração do dito valor só pode produzir efeito no ano civil seguinte aquele em que a decisão for tomada, e salvaguardando o ponto 3 do art. 5º dos estatutos."

**PROPOMOS AINDA UM PONTO 7 A INCLUIR NO ART. 8º DOS ESTATUTOS COM A SEGUINTE REDACÇÃO:**

"7- A periodicidade das reuniões da mesa nacional será ordinariamente no mínimo mensal, ou extraordinariamente sempre que a situação o justifique."

**PROPOMOS AINDA UM PONTO 8 A INCLUIR NO ART. 8º DOS ESTATUTOS COM A SEGUINTE REDACÇÃO:**

"8 - A mesa nacional deve ter uma composição mista e nela devem estar representados todos os distritos com uma proporção de dois a cinco elementos por distrito, dependendo esta do regulamento aprovado para cada convenção. A percentagem de representantes dos distritos sobre o total de elementos da mesa nacional deve ser de 60%. Sendo os 40% restantes encontrados pela escolha de um elemento de cada grupo de trabalho temático e ainda dos elementos das diversas listas que se apresentem a sufrágio para eleição directa em convenção nacional, na proporcionalidade directa dos votos que aí obtiverem."

**ALTERAÇÃO DO ART. 10º PONTO 2 DOS ESTATUTOS, QUE PASSARIA A TER A SEGUINTE REDACÇÃO:**

"2 - As assembleias distritais e regionais decidem sobre as formas de coordenação das suas actividades, podendo eleger coordenadoras distritais ou regionais, bem como sobre as formas de organização de âmbito sub-distrital ou sub-regional.

Caso exista uma coordenadora distrital ou regional, os aderentes eleitos para a mesa nacional farão parte integrante daquela.

Os núcleos devem estar representados nas coordenadoras distritais através de representantes numa proporção não inferior a 1 elemento para os núcleos com menos de 10 aderentes, e 2 elementos para os que tenham dez ou mais de aderentes.

**ALTERAÇÃO DO ART. 10º PONTO 3 DOS ESTATUTOS, QUE PASSARIA A TER A SEGUINTE REDACÇÃO:**

"3 - Compete às assembleias distritais e regionais organizar a eleição dos representantes à convenção nacional, nos termos do respectivo regulamento,

bem como eleger os representantes distritais ou regionais à mesa nacional".

**PROPOMOS AINDA UM PONTO 4 A INCLUIR NO ART. 10º, COM A SEGUINTE REDACÇÃO:**

"4 - As assembleias distritais terão uma periodicidade mínima de 4 em 4 meses."

**PROPOMOS AINDA A PASSAGEM DO ART. 16º A 17º E A INCLUSÃO DE UM ARTº 16 COM 3 PONTOS E A SEGUINTE REDACÇÃO:**

"1 - É obrigatório efectuar balanços anuais das actividades políticas desenvolvidas pelos órgãos nacionais e regionais e a sua centralização na mesa nacional.

2 - As actas da mesa nacional têm de chegar às coordenadoras distritais.

3 - É obrigatória a elaboração de minutas das reuniões dos diversos órgãos, devendo as mesmas ficar disponíveis nas sedes, para os aderentes que as pretendam consultar."

**Subscvem:**

Armando Herculano Lopes Ferreira - Porto

Fernando Lacerda - Porto

Jorge Teixeira Carneiro - Viseu

Francisco Colaço - Viseu

Carla Mendes - Viseu

Clara Alexandre - Viseu

Carlos J. P. Costa - Viseu

Marco Alexandre da Silva Loureiro - Viseu

Fernando Rodrigues Ferreira - Viseu

Marco Alexandre Bento Russo - Viseu

João Carlos Lopes Ferreira - Viseu

Fernando José Melo Pereira - Viseu

Fernando Figueiredo Correia - Viseu

Virgílio Contreiras - Viseu

Marco Mendonça - Viseu

Jorge Céu - Leiria

António Sequeira Mendes - Leiria

Bento Costa Ribeiro Machado - Leiria

Paulo Vaz - Leiria

Eduarda Macedo Céu - Leiria

Pedro Cardoso - Leiria

Fernando Costa Rocha - Leiria

Tojal Parreira - Leiria

Helena Oliveira e Carmo - Lisboa

Teodósio Alcobia - Lisboa

Luis Céu - Lisboa

Bruno António Félix Vilhena - Lisboa

António de Jesus Maurício - Lisboa

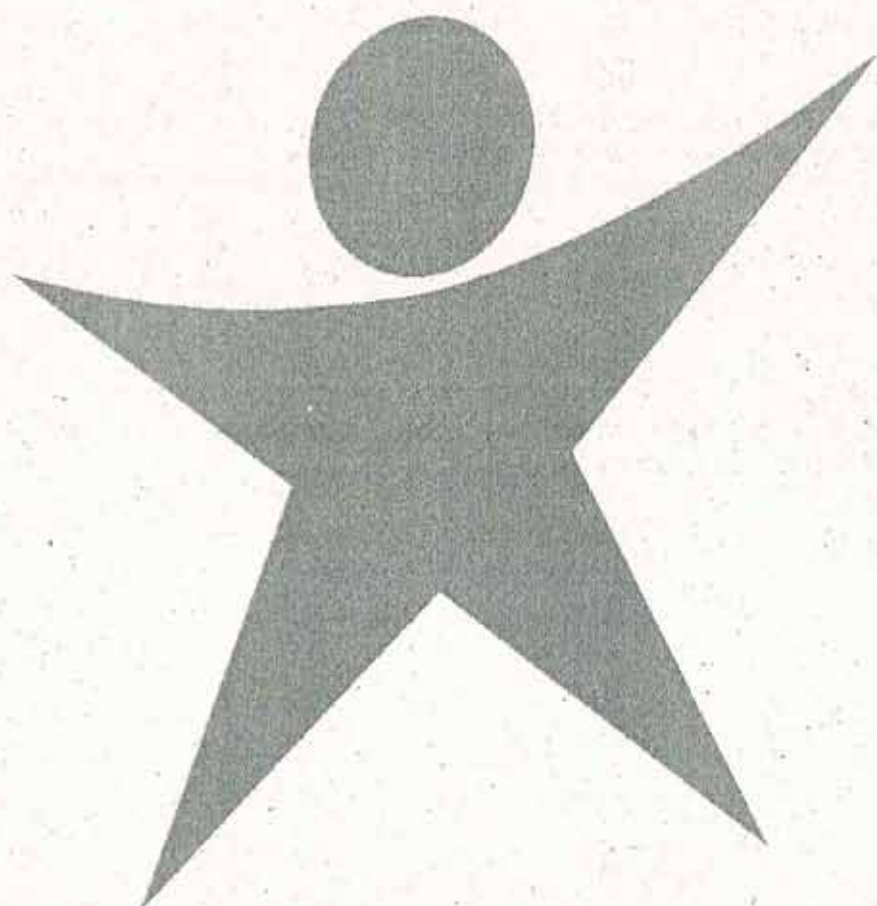
Francisco Raposo - Lisboa

Ana Baptista - Lisboa

António João Silva Sequeira - Faro

José Manuel de Mendonça Estevens - Faro

Francisco Bernardes-Silva - Almada



# Bloco de Esquerda

*sede nacional:*

***Avenida Almirante Reis, 131, 2º  
1150-015 Lisboa***

**[www.bloco.org](http://www.bloco.org)**



**Parar a guerra,  
globalizar as lutas!**

**2ª CONFERÊNCIA NACIONAL  
DE JOVENS DO BLOCO**

**Fac. Letras Porto, 5 e 6 Abril**

---

**JORNADAS PARLAMENTARES  
Porto, 4 de Abril**

**NA AGENDA DAS JORNADAS:**

**O encerramento sistemático de empresas levou  
ao AGRAVAMENTO DA CRISE SOCIAL**

com recurso frequente a fraudes e decisões  
tomadas sem qualquer respeito pelos direitos  
dos e das trabalhadoras directamente abrangidas;

**Uma nova proposta política  
que retome, alargue e aprofunde  
o DIREITO AO DIVÓRCIO**

numa perspectiva moderna e integrada do  
exercício dos direitos e liberdades individuais.

**Apresentação deste  
projecto-lei e debate na  
Coop. Árvore, às 21h30**